



TERCUD – Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

IDENTIFICAÇÃO DE TEMÁTICAS ACOLHEDORAS DE INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM CIDADES

22 de Janeiro 2013

**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
(CCDRC)**

Organizam:



Apoios:



IDENTIFICAÇÃO DE TEMÁTICAS ACOLHEDORAS DE INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM CIDADES

José Oliveira, Nuno Leitão, Jacinto Oliveira, Zoran Roca

Índice

INTRODUÇÃO	7
A PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO FACTOR DE SUSTENTABILIDADE	11
GOVERNANÇA E GESTÃO DE PROJETOS.....	12
Apresentação	12
Relevância e pertinência	13
Acções	14
GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E A RACIONALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS NO DOMÍNIO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	16
Apresentação	16
Relevância e pertinência	17
Acções	18
GOVERNANÇA NA REABILITAÇÃO URBANA: REQUALIFICAR A CIDADE ATRAVÉS DE INTERVENÇÕES SUSTENTÁVEIS QUE VALORIZEM AS SUAS POTENCIALIDADES E MANTENHAM A SUA IDENTIDADE	20
Apresentação	20
Relevância e pertinência	21
Acções	22
DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA CIDADE, DO TURISMO E DO COMÉRCIO	24
MARKETING TERRITORIAL: A CIDADE COM IMAGEM NO EXTERIOR	25
Apresentação	25
Relevância e pertinência	26
Acções	27
PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	29
Apresentação	29
Relevância e pertinência	29
Acções	31
A CIDADE ACOLHEDORA DO ECOTURISTA	33
Apresentação	33
Relevância e pertinência	34
Acções	35
REVITALIZAÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL	37
Apresentação	37

Relevância e pertinência	37
Acções	39
TRANSPORTES E ENERGIA	41
MOBILIDADE SUAVE.....	42
Apresentação	42
Relevância e pertinência	42
Acções	43
PEDONALIZAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA ATRAVÉS DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO (TRAFFIC CALMING)	46
Apresentação	46
Relevância e pertinência	46
Acções	47
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	50
Apresentação	50
Relevância e pertinência	50
Acções	51
FRENTES RIBEIRINHAS E ACTIVIDADES PORTUÁRIAS (FLUVIAIS E MARÍTIMAS).....	53
GANHAR AS FRENTES RIBEIRINHAS PARA AS EMPRESAS E AS POPULAÇÕES.....	54
Apresentação	54
Relevância e pertinência	54
Acções	55
AS ACTIVIDADES PORTUÁRIAS, QUANDO EXISTAM, FAZEM PARTE DA CIDADE	56
Apresentação	56
Relevância e pertinência	56
Acções	57
A CIDADE INCLUSIVA E RESILIENTE	60
CIDADE INCLUSIVA PARA OS IDOSOS.....	61
Apresentação	61
Relevância e pertinência	62
Acções	63
A CIDADE DOS JARDINS PRODUTIVOS	66
Apresentação	66
Relevância e pertinência	66

Acções	67
RESILIÊNCIA URBANA	69
Apresentação	69
Relevância e pertinência	69
Acções	70
A CIDADE DA CULTURA, DO PATRIMÓNIO E DO CONHECIMENTO.....	72
CULTURA E INDÚSTRIAS CULTURAIS/CRIATIVAS	73
Apresentação	73
Relevância e Pertinência	74
Acções	75
PATRIMÓNIO E CULTURA.....	77
Apresentação	77
Relevância e pertinência	77
Acções	79
CONHECIMENTO E INOVAÇÃO.....	81
Apresentação	81
Relevância e pertinência	81
Acções	82
PROMOVER O EMPREGO E A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA URBANA	84
REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E PROMOÇÃO DO EMPREGO: PROPORCIONAR À CIDADE, E AOS SEUS HABITANTES, NOVAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO.	85
Apresentação:	85
Relevância e Pertinência:	86
Acções:	87
COMPETITIVIDADE URBANA; GARANTIR O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO FUTURO DAS CIDADES.	88
Apresentação:	88
Relevância e Pertinência	89
Acções:	90
CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A FIXAÇÃO DE EMPRESAS: AS EMPRESAS COMO SOLUÇÃO DE FIXAÇÃO DE POPULAÇÕES E CRIAÇÃO DE RIQUEZA	92
Apresentação	92
Relevância e Pertinência	93

Acções	93
PROMOÇÃO DO EMPREGO NOS DOMÍNIOS DA CULTURA E DO LAZER	95
Apresentação	95
Relevância e pertinência	95
Acções	98
Referências	100
Referências citadas no texto	100
Outros documentos de referência não citados no texto	101

INTRODUÇÃO

A tendência para a focalidade das actividades humanas, a qual em última instância resulta na formação de cidades, é um dos mais antigos e consolidados princípios teóricos sobre a organização espacial e, assim, também da Geografia, do Urbanismo e de áreas científicas afins. A cidade, pode ser entendida como o território, morfológica e funcionalmente organizado, mais apto à recepção de investimento, não só porque, teoricamente, se podem amplificar ou multiplicar os potenciais efeitos sobre as suas periferias como, também, se podem alargar os quantitativos de habitantes abrangidos, em condições de elevada densidade, desde que se acatelem eventuais fenómenos de deseconomias de escala.

A experiência do investimento em acções destinadas às cidades, ainda não foi suficientemente avaliada relativamente aos seus impactes, tanto sobre as contas públicas (custos de manutenção incluídos), como sobre as mais-valias induzidas ao nível da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos ou das condições de recepção de alóctones, entre outros aspectos. No âmbito destas acções, incluem-se os exemplos de regeneração urbana, seja através de focalizações de carácter mais social (os PIC URBAN, p.e.) ou de carácter mais económico (os programas de revitalização comercial PROCOM E URBCOM, p.e.) ou, ainda, de carácter mais infra-estrutural (o PROSIURB e o POLIS, p.e.).

Em correlação com a dispersão e natureza daquelas acções, também os montantes envolvidos podem ser considerados de baixa monta no contexto dos apoios comunitários, apesar de os resultados de avaliação dos respectivos programas de política apontarem quase sempre, e legitimamente, para o forte contributo que pequenos investimentos representaram para grandes transformações ocorridas no interior das cidades. Apesar do justificado insucesso de algumas intervenções, por exemplo no que diz respeito à revitalização do comércio tradicional, é incontornável o efeito que outras no âmbito do URBAN (muito localizadas) ou do PROSIURB (mais dispersas e de investimento mais elevado) tiveram na melhoria da qualidade do ambiente urbano, embora em consequência da fruição de complementaridades de investimento proporcionadas por outros programas de política tendo o território como principal âncora (Programas Operacionais Regionais, p.e.).

Prevê-se para o próximo período de programação uma abordagem mais integrada, e por isso mais territorializada, das intervenções, públicas e privadas, tendo em vista promover o desenvolvimento do País. Desde que não se assuma que, só por si, uma visão territorial será proporcionadora dessa integração e se tenham em conta as diferentes dimensões que

caracterizam e balanceiam diferentes territórios, será de esperar um maior sucesso dessas mesmas intervenções, tendo em conta os respectivos resultados, efeitos e impactes face a experiências anteriores que privilegiaram, em muitos casos, visões mais sectoriais.

Deste modo, será necessário assentar de forma clara e objectiva o que se entende por região, por território, por espaço geográfico, por espaço económico, etc., da mesma forma que convém estabelecer uma tipologia de indicadores que distinga claramente entre o que são resultados (normalmente associados ao cumprimento, ou não, de metas), efeitos (manifestações colaterais, por relação aos resultados, que podem redundar em novas cadeias de efeitos) e impactes (consequências dos efeitos sobre outras esferas, eventualmente imbricadas, de ajustamento estrutural ou regional das dimensões que afectam, e são afectadas pelo espaço geográfico).

Também será necessário estabelecer, à partida, uma abordagem diferenciadora das intervenções possíveis, não só em termos da sua tipologia, mas também da sua incidência espacial. A consulta de documentos incidentes sobre a realidade de muitos países, Portugal incluído, mostra que não falta imaginação, mas talvez falte algum senso de aplicabilidade face ao que são os diferentes “retratos” e “variações” que caracterizam cada um desses países. Neste particular, nem só o conceito de cidade se altera (Cf. Suécia vs. Portugal, p.e.), como também a forma e a funcionalidade urbanas se interligam de modo diferenciado com os seus conteúdos económicos, sociais e culturais, ou os seus sítio (com maior importância dos factores do ambiente natural) e posição geográficas (relações com exterior, não só marginal ou periférico, mas também próximo ou distante em termos absolutos ou relativos, dependendo do seu posicionamento na rede global).

O actual “mundo em rede” não invalida a consideração de aspectos particulares de cada cidade que justifiquem uma tipologia de intervenções devidamente a ela ajustadas, tendo em vista a prossecução de objectivos de durabilidade, adequabilidade e pertinência e, em última instância, de sustentabilidade. Este último conceito tem sido muitas vezes encarado (apesar de entendido como um sistema portador de elementos do ambiente natural, da economia e da sociedade), como fortemente associado à noção de viabilidade económica.

De facto, cada vez mais se fomenta uma cultura, em que tudo, desde o mais material ao mais imaterial, pode ser equacionado em função do seu valor financeiro numa óptica de capitalismo regulado e bondoso: capital social, capital humano, capital cultural e indústrias culturais, capital de conhecimento e sociedade do conhecimento, entre outras combinações. Do mesmo

modo, continuam a difundir-se abordagens que atribuem ao território qualidades que fazem parte do património humano que os habita ou utiliza. As cidades ou as regiões passam a ser inteligentes, criativas, sustentáveis, inclusivas, seguras, empreendedoras, etc., numa lógica de adjectivação que de tão simplificada obnubila os seus reais conteúdos, os quais são, em última instância, as pessoas ou os grupos sociais, cada um(a) portadores de diferentes “cargas de cidadania” na acepção distintiva de actores e agentes de desenvolvimento e, nesse contexto, de topófilos vs. terráfilos.

Num contexto demográfico de regressão tripolar (baixa natalidade, forte envelhecimento e crescente emigração), num contexto económico de ajustamento estrutural e num contexto financeiro de contenção da despesa, torna-se muito difícil encontrar domínios de investimento sustentável que se coadunem com essas realidades, sobretudo quando está em causa a aplicação de um modelo de financiamento do tipo “*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas (Jessica)*”.

Um elenco de temáticas que pode ser objecto de propostas neste âmbito:

1. Desenvolvimento e regeneração urbanas;
2. Requalificação e reabilitação urbana e do espaço público;
3. Consolidação e desenvolvimento sustentado urbano;
4. Revitalização económica urbana;
5. Competitividade urbana;
6. Economia, sociologia e ecologia urbanas;
7. Antropologia e cultura urbanas;
8. Conservação e valorização do património urbano;
9. Planeamento e ordenamento da cidade;
10. Mobilidade sustentável e transportes suaves;
11. Agricultura e hortas urbanas;
12. Desempenho energético-ambiental da cidade;
13. Construção sustentável;
14. Movimentos sociais urbanos;

15. Promoção do direito (dos desfavorecidos) nas cidades;
16. Marketing urbano;
17. Inovação e criatividade urbanas;
18. Cultura urbana e globalização;
19. Cidade inteligente, software urbano e TIC;
20. Valorização da oferta turística e cultural;
21. Revitalização do comércio e dos serviços;
22. Combate à desertificação humana dos centro históricos;
23. Revitalização urbana e coesão social;
24. Valorização das frentes costeira/ribeirinha/portuária;
25. Educação e formação, cultura, desporto e lazer para a população;
26. Solidariedade, segurança, participação cívica e governança;
27. Melhoria da qualidade governativa urbana e dos serviços públicos;
28. Desenvolvimento económico e promoção do emprego;
29. Promoção da interculturalidade e da diversidade cultural;
30. (...)

Mas, a tarefa mais criativa será transformar estas temáticas em projectos concretos de investimento, dentro de uma lógica de sustentabilidade, principalmente financeira. Foi a esse desafio que tentámos responder. Esperamos acolher contributos que a todos nos enriqueçam.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO FACTOR DE SUSTENTABILIDADE

GOVERNANÇA E GESTÃO DE PROJETOS

Apresentação

Governança é o acto de governar ou, mais concretamente, é aquilo que o governo faz. Por governo, e para o caso em apreço, referimo-nos a qualquer entidade em funções no domínio público isto é, com responsabilidades de proporcionar ou prestar determinados bens, produtos, serviços ou resultados para cuja consecução foi dotado de meios, recursos ou condições, incluindo poderes, do domínio público. Por trás daquele processo de fornecimentos há um sistema de tomada de decisões, que envolve avaliação, escolha e implementação de soluções que, por sua vez, têm em conta as legítimas expectativas que perante o governo foram colocadas. O governo vai ter que gerir, em termos esquemáticos, três elementos operacionais: expectativas, resultados e recursos; além disso, está sujeito a um conjunto de regras e códigos (formais e informais) que condicionam a sua conduta, e determinam que certas combinações de elementos operacionais são mais aceitáveis que outras, e algumas são simplesmente inaceitáveis. Então, tem-se o seguinte o quadro:

O governo, dotado de recursos públicos, deve cumprir certas expectativas, mediante o cumprimento de certos resultados, em determinadas condições.

Em termos simples, podemos dizer que as expectativas são os propósitos ou desígnios de desenvolvimento, progresso e bem-estar a que a comunidade aspira; os resultados são os passos constitutivos do processo de construção daquelas expectativas; os recursos são as condições (materiais e imateriais) que a comunidade coloca à disposição do governo para que este lhes dê a utilização mais adequada para o alcance daqueles resultados, no respeito pelo conjunto de valores, normas e regras que unem e dão corpo àquela mesma comunidade.

Em algum momento a comunidade, ou alguém por ela, vai querer saber em que termos se processou a governação, e com que resultados e custos; e o governo vai ter que responder, de forma clara, transparente e expedita. A isto se chama Accountability, Responsabilização ou Obrigação de Prestação de Contas.

Accountability, por conseguinte, é um conceito tanto do domínio da ética, como da governança. No domínio da ética, é um instrumento de promoção da transparência e lisura de processos na gestão da coisa pública. No domínio da governança, e para o caso particular do sector público, exige aos dirigentes o conhecimento e a assunção de responsabilidades pelas acções e omissões, resultados e consequências, decisões e políticas, integradas no âmbito das

suas competências e no exercício das suas funções; e traz incluída a obrigação de comunicar, explicar e responder.

Relevância e pertinência

Em matéria de gestão da coisa pública, com alguma frequência, passa a ideia de que os recursos não são sempre devidamente utilizados, para além da percepção de que são sempre insuficientes. O primeiro aspecto é grave, independentemente da sua fundamentação, na medida em que mina a relação de confiança que deveria existir entre governantes e governados; o segundo aspecto aponta para a necessidade de maior rigor na utilização dos recursos. Em qualquer dos casos, um sistema eficaz e completo de prestação de contas traz benefícios que a todos interessa.

Relativamente à acção governativa, a comunidade quererá respostas a questões como:

- Que resultados, e porquê, se propôs o governo alcançar;
- Que resultados propostos, e como, foram alcançados;
- Que resultados propostos não foram alcançados; porquê e com que consequências;
- Que resultados não propostos foram alcançados; porquê, como e com que consequências;
- Que recursos foram utilizados; como foram afectados aos diferentes resultados e porquê;
- Que desvios na utilização dos recursos foram verificados; porquê, como e com que consequências;
- Que normas ou regras de conduta foram quebradas ou omitidas; porquê, como e com que consequências.

Quanto à gestão de projectos, em concreto, a prestação de contas permite ao governo e à comunidade entender qual a melhor combinação resultados/recursos/projectos; também é um instrumento essencial para a avaliação das políticas públicas:

- Permite detectar e corrigir erros, desvios e omissões seja na gestão global, seja na gestão mais localizada (projectos, por exemplo);
- Permite monitorar a utilização dos recursos e a sua adequabilidade aos projectos;
- Permite avaliar a adequabilidade dos projectos aos resultados;
- Permite detectar falhas e insuficiências no enquadramento geral dos projectos e resultados.

- Permite avaliar da transparência e lisura da governança.

No final, restaura-se a confiança entre governantes e governados, promove-se a transparência e rigor na gestão, economizam-se recursos, detectam-se oportunidades e mobilizam-se vontades. Com mais e melhor informação, pode determinar-se qual a política ou políticas mais apropriadas aos anseios e aspirações comuns de desenvolvimento e progresso; ganham a cidade e os cidadãos.

Acções

A Prestação de Contas exige um sistema coerente e eficaz de recolha, registo, tratamento e difusão e disponibilização de dados e informação; sem um sistema de contas – contabilidade - aquela função não é exequível. Convém ter presente que o processo de prestação de contas é um dos elementos de promoção da transparência e da boa governança, pelo que a informação produzida deve ser útil, isto é, oportuna, relevante, precisa, completa e clara, o que apela a alguma ordenação. Pode aceitar-se que a acção governativa se desenvolve em dois momentos distintos:

- O momento político, em que os responsáveis, com as suas propostas e programas, obtêm o assentimento da comunidade para conduzir a concretização das grandes linhas de intervenção;
- O momento operacional, que tem que ver com o funcionamento geral e o desempenho de actividades que irão dar corpo, na prática e no terreno, àquelas linhas de intervenção.

O processo de Prestação de Contas que aqui se tem presente incide apenas sobre este segundo momento. Porém, o tratamento conjunto do funcionamento geral e das actividades dificilmente produz um modelo claro e inteligível que, provavelmente, resultaria em algo difícil de escrutinar. A organização da actividade em projectos é um método que resolve muitos problemas. Consiste em afectar todas as acções desenvolvidas por um organismo a um projecto em concreto, mesmo as actividades correntes; a partir daqui, o funcionamento de qualquer serviço consiste em implementar um ou mais projectos, e a prestação de contas incide sobre projectos.

A avaliação e gestão de projectos é uma disciplina sobre a qual já existe muita teoria produzida e muita experiência acumulada, e as metodologias que lhe estão associadas respondem às necessidades dum sistema eficaz de prestação de contas. Dito de outra forma, a prestação de

contas irá consistir na avaliação dos diferentes projectos, e respectiva contabilidade, conduzidos por um determinado organismo.

As acções a propor desenvolvem-se pelos seguintes três campos:

- Redesenho da concepção funcional de cada organismo com o objectivo de adoptar o modelo do projecto. Este redesenho não implica, necessariamente, mudanças de pessoas ou de estrutura; tem mais a haver com o entendimento dos objectivos gerais do funcionamento de cada organismo, e afectar as diferentes actividades desenvolvidas a um projecto em concreto, existente ou a definir; começa por ser um exercício de análise de funções. Esta tarefa pode ser desenvolvida por equipas de especialistas que estudarão cada organismo em concreto, de preferência no local e, no final, farão as suas recomendações. Também está aqui envolvida uma intenção formativa: após a intervenção os responsáveis desses organismos deverão ser capazes de, no futuro, conduzir os processos de adaptação que se revelarem necessários.
- Formação no domínio da gestão e avaliação de projectos; esta formação pode ter níveis de complexidade e profundidade adaptados às necessidades de cada organismo e dos participantes.
- Formação no domínio de técnicas de contabilidade; também aqui a adaptabilidade é necessária, e a contabilidade a que se faz referência é a do projecto.

O processo de Prestação de Contas consiste nos relatórios de avaliação e de execução de cada projecto, e respectivas contabilidades.

GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E A RACIONALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS NO DOMÍNIO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentação

Por projecto entende-se um conjunto de actividades conduzidas por uma organização, de forma integrada e coordenada, com um objectivo específico pré-definido, visando um determinado resultado ou benefício. As acções respeitantes a um projecto têm um enquadramento temporal – um começo e um fim – o que as distingue das outras acções integradas no funcionamento corrente da organização envolvida. É o projecto que aqui interessa.

A génese de um projecto, como um todo, pode ser entendida em dois momentos, para os quais concorrem quadros de referência distintos: num primeiro momento, trata-se de decidir sobre a própria fundamentação do projecto, e da avaliação que é feita quanto ao impacto da sua concretização – é o domínio da governança do projecto; num segundo momento trata-se de conduzir a sua concretização – é o domínio da gestão do projecto.

A governança tem que ver com o quadro de referência em que as decisões são tomadas, e normalmente estão envolvidos investimentos de grande envergadura e alcance, com impactos consideráveis sobre a organização do território, o potencial de desenvolvimento numa região, a competitividade numa cidade, ou a qualidade de vida numa comunidade, para citar apenas alguns exemplos. É desejável, por isso, que tal quadro seja lógico e robusto.

A gestão de projectos é uma abordagem metodológica que consiste em conceber, planificar, organizar, garantir, gerir, liderar e controlar recursos e condicionantes da acção, numa óptica de optimização da afectação desses mesmos recursos (escassos e caros), tendo por finalidade alcançar os objectivos propostos - produto, serviço, ou resultado - e os benefícios desejados.

São estes benefícios, e o objectivo que lhe está subjacente, que determinam a existência e concepção do próprio projecto, e o justificam; então, é absolutamente necessário, logo à partida, que esse objectivo seja claramente conhecido; que suscite uma apreciação positiva face aos seguintes critérios:

- Específico: Uma definição sem ambiguidades do que se pretende;

- Mensurável: Para que se possa determinar o que foi conseguido (e qual o ponto de partida); mesmo em caso de difícil ou impossível quantificação, alguma forma credível de avaliação deve ser aplicável.
- Alcançável: O que atribui razoabilidade e utilidade ao exercício de avançar com o projecto.
- Realista: Tem que ver a disponibilidade dos recursos necessários e suficientes face às capacidades da organização promotora do projecto.
- Prazo: Definição de início e fim das acções, para que a avaliação seja possível; é desejável, ainda, que o projecto seja monitorizável ao longo da sua execução, como forma de prevenir ou minimizar desvios.

Relevância e pertinência

Em matéria de ordenamento do território e da promoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis, as intervenções tendem a:

- Ser prolongadas no tempo, com elevados riscos de desvios;
- Envolver um elevado número de participantes e de potenciais interessados, gerador de situações de potenciais conflitos ou impasses;
- Obrigar à mobilização de recursos consideráveis, seja na fase de concretização, seja na posterior de fase de manutenção;
- Apresentar resultados e impactos de longa duração, dificilmente reversíveis.

Falhar no tratamento daqueles requisitos significa, quase seguramente, elevadíssimos prejuízos, de mais diversa natureza (financeira, económica, social e política); mais grave ainda, significa incorrer em erros sérios no ordenamento do território e na construção de estruturas, de situações e de soluções que não trazem qualquer benefício, nem às cidades nem às comunidades, mas cujos malefícios se podem manifestar por muito tempo (anos, décadas, gerações, mesmo).

Por isso, é extremamente importante que os projectos escolhidos, e com os quais (ou através dos quais) se pretende intervir sejam, de facto, os adequados; e que recorram aos recursos estritamente necessários, numa óptica de racionalização e optimização.

A governança do projecto, incidindo sobre escolhas e opções no processo de intervenção, procura garantir que as melhores decisões serão tomadas, podendo salientarem-se três áreas fundamentais a cuja efectiva interacção a governação do projecto está associada:

- Quanto à organização: garantindo liderança na condução da estratégia, com respeito pela sua cultura e valores;
- Quanto à gestão do projecto: clarificando o processo de decisão, a estratégia e as prioridades;
- Quanto aos stakeholders: promove o seu envolvimento e o processo de comunicação entre todos os interessados e envolvidos.

A gestão de um projecto procura assegurar racionalidade na afectação de recursos à concretização de objectivos; trata-se de uma abordagem de cariz iminentemente técnico, mas é ela que, no final, ao garantir que os objectivos são alcançados, permite que os impactos desejados – definidos em sede de governança – também são alcançados.

Então, pode concluir-se que, do ponto de vista organizacional, os quadros de referência que sustentam quer a governança, quer a gestão do projecto, se complementam e, no limite, são a garantia de que as políticas de ordenamento do território e de promoção do desenvolvimento sustentável têm possibilidade de sucesso.

Acções

Com alguma frequência, governança é o aspecto esquecido no que à condução de projectos diz respeito e, todavia, um quadro de referência transparente e lógico é fundamental. Por outro lado, uma gestão débil do projecto, conduziria certamente a desperdícios, sem benefícios assinaláveis. Então, propõem-se quatro tipos de acções no sentido de promover a boa governança e uma gestão eficiente dos projectos de intervenção nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável:

- Formação de nível teórico/prático: transmissão dos conhecimentos teóricos e práticos que habilitem os destinatários – decisores, responsáveis e executantes – a dominar a os princípios, a estrutura, os instrumentos e o funcionamento de modelos de governança e de gestão de projectos; concomitantemente, será dada formação em matéria de concepção e avaliação de projectos; para tanto, deverão ser constituídas equipas multidisciplinares de formadores, e respectivos programas e planos de actuação, que desenvolverão as acções tidas por necessárias.
- Formação de nível prático/interventivo: consiste em formação e intervenção no local; equipas especializadas deslocar-se-ão às organizações onde se entender implantar modelos de governança e gestão de projectos; após uma avaliação prévia, é definido o programa e plano da intervenção que irá envolver decisores, responsáveis e

executantes. A intervenção consiste, de facto, na implantação daqueles modelos, sob a supervisão das equipas formadoras.

- Avaliação/auditoria: consiste na determinação das necessidades de formação e intervenção. Neste caso, equipas de especialistas avaliarão as organizações quanto à adopção dos métodos e técnicas da governança e gestão de projectos e, em função disso, determinarão que tipo de intervenção é a mais ajustada.
- Avaliação geral: trata-se de saber quais os resultados, e o respectivo custo, das acções levadas a cabo.

Todavia, há ainda questões de ordem geral a considerar:

- Qual o âmbito de intervenção, isto é, quais as organizações e que tipo de projectos poderão ser cobertos por estas acções;
- Quem decide esse âmbito e organiza a intervenção;
- Como são escolhidos os formadores e auditores, e qual o seu perfil.

Em todo o caso, é razoável admitir que a metodologia proposta, ao difundir a prática da governança e da gestão de projectos, contribuirá para que melhores projectos sejam seleccionados, e com mais eficiência e racionalização de recursos.

GOVERNANÇA NA REABILITAÇÃO URBANA: REQUALIFICAR A CIDADE ATRAVÉS DE INTERVENÇÕES SUSTENTÁVEIS QUE VALORIZEM AS SUAS POTENCIALIDADES E MANTENHAM A SUA IDENTIDADE

Apresentação

A cidade está sujeita a um processo de degradação progressiva resultado do envelhecimento próprio, da sobrecarga de usos, ou ainda do desajustamento dos desenhos da sua organização face à evolução dos tempos. Os problemas daí resultantes são os mais diversos, de que destacam, sem se ser exaustivo, os seguintes: despovoamento, envelhecimento ou mudança populacionais, problemas sociais e económicos da mais variada ordem, edifícios e infra-estruturas abandonados ou em ruínas; a qualidade de vida numa envolvente tão deprimida, certamente que não é das mais atractivas, podendo gerar-se um ambiente socialmente perigoso para a comunidade remanescente; e no topo disto tudo, tem-se perda de identidade.

No geral, assiste-se à degradação das suas estruturas urbanas, dos seus edifícios e dos seus espaços exteriores. A reabilitação urbana surge da necessidade de uma abordagem atenta que permita preservar e vivificar o património cultural da cidade, precavendo a melhoria da qualidade de vida da população por meio de intervenções que valorizem as potencialidades sociais, económicas e funcionais da cidade, incluindo, ainda, a instalação de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos. Todavia, não se trata de um conceito estanque. Na verdade, apresenta sobreposições com vários outros conceitos afins, de que se destacam:

- Renovação, que em termos genéricos, propõe a demolição de estruturas degradadas que não possam ser consideradas património a preservar, e novas edificações que sigam tipologias mais adequadas;
- Revitalização, que à noção de reabilitação junta a necessidade de se promover o relançamento económico e social das zonas urbanas em decadência;
- Requalificação, que implica rever e reformular a funcionalidade de espaços e equipamentos urbanos.

Sob este tema específico – Reabilitação Urbana - tem-se em mente a recuperação do edificado, a preservação da identidade dos núcleos históricos, a valorização ou revitalização de espaços públicos, a melhoria de infra-estruturas de saneamento, entre outras, com o propósito da melhoria das condições de vida das populações.

Há, ainda, uma intenção de sustentabilidade aqui envolvida; o significado é que as soluções propostas não só não mobilizem recursos para além dos benefícios que geram como, no final,

a situação reabilitada deve ser capaz de conduzir a sua evolução e progresso com base nas suas potencialidades, evitando o permanente apoio e intervenção públicas.

Em termos esquemáticos, isto implica uma cuidada avaliação da situação de partida e selecção dos projectos de intervenção por um lado, e uma gestão correcta da implantação daqueles mesmos projectos por outro.

Relevância e pertinência

A deterioração urbana não tem uma causa única, antes é o resultado do concurso inter-relacionado de múltiplos factores; pode ser o resultado de desindustrialização, de mudanças populacionais, da reestruturação económica, das opções de planeamento urbano e da organização do território, da pobreza da população local, da concepção da rede viária e da política de transportes, etc. Com frequência, a degradação urbana aparece envolta num conjunto vasto de problemas, que potenciam o processo, e de que se destacam:

- Dispersão urbana;
- Estratégias de desenvolvimento económico falhadas;
- Infra-estruturas inadequadas;
- Fraco acesso ao financiamento;
- Quadro fiscal e jurídico inadequado;
- Fracas competências de intervenção e decisão a nível local / urbano;
- Gestão financeira e governança inadequadas

Mas, a degradação urbana, também é ela mesma causa de problemas. Então, na verdade, está-se perante duas ordens de problemas: aqueles que conduziram, ou conduzem, à degradação urbana, e aqueles que daí resultam. Deste modo, também entender-se que a problemática da intervenção urbana se venha complexificando, precisamente pela multiplicidade de questões que se colocam.

Aqui, o enfoque será colocado sobre as respostas a dar aos problemas colocados pela degradação urbana; têm sido as mais variáveis ao longo do tempo que, para o caso, significa os últimos 30/40 anos. Já passou por intervenções públicas maciças no domínio da remoção e da construção, e conseqüente deslocação de pessoas e, nem sempre os resultados foram os esperados.

A Reabilitação Urbana, entretanto, é ela própria uma actividade económica com significado, por onde se cruzam múltiplos interesses, legítimos sem dúvida, que devem ser devidamente

equilibrados e considerados; daí, provavelmente, a necessidade da natureza pública das intervenções, pelo menos na fase da concepção e decisão – em linha com os diversos parceiros.

Esta preocupação tem que ver com a intenção de sustentabilidade anteriormente referida: os projectos de intervenção devem ser tanto adequados como económica e socialmente viáveis. O primeiro aspecto aponta para a transparência no processo decisório, incluindo a participação, monitoramento e controle sociais ou seja, governança na gestão da cidade e dos projectos de intervenção; o segundo aspecto significa uma abordagem coerente aos processos de condução de intervenção, de acordo com as normas geralmente aceites de gestão de projectos.

Acções

Já foi apontada a abordagem que se pretende adoptar em matéria de acções a empreender no domínio da Reabilitação Urbana. Trata-se de um enfoque delimitado, isto é, não se considera a globalidade das questões que resultariam da abordagem integrada dos diferentes conceitos de intervenção no espaço urbano. Para além disso, e como foi também anteriormente referido, interessam as acções que se colocam no âmbito dos problemas gerados pela degradação urbana, e não nas causas dessa mesma degradação. Como nota de alerta, tenha-se presente que, no passado, nem todas as intervenções com estes propósitos tiveram o sucesso esperado, pelo que, por conseguinte, são essenciais a garantia de transparência no processo decisório, e de racionalização na gestão dos projectos. Deste modo, propõem-se as seguintes acções:

- a) Ao nível do edificado:
 - Recuperar e beneficiar em termos de modernização e de melhoria;
 - Restaurar, com o objectivo de preservar sua concepção original;
 - Reconstrução, na óptica do respeito pela traça e implantação originais;
 - Conservação, como prevenção do processo de degradação.
- b) Ao nível da manutenção da identidade:
 - Constituição de equipas multidisciplinares que promovam levantamentos completos, quer do património edificado, quer dos aspectos culturais e históricos a preservar;
- c) Ao nível da melhoria da qualidade de vida das populações / comunidades:
 - Identificação das necessidades e insuficiências básicas das habitações, das infra-estruturas e dos espaços e serviços públicos, numa óptica de superação dessas mesmas insuficiências e necessidades.

d) Ao nível da promoção da sustentabilidade:

- Identificação das actividades económicas compatíveis com a zona intervencionada;
- Capacitação das pessoas para o exercício de actividades económicas, seja através de formação, seja através de apoios ao investimento e empreendedorismo.

e) Ao nível da promoção da governança e qualidade de gestão de projectos:

- Estabelecer o quadro de referência que defina quem, e em que condições, participa no processo de diagnóstico da situação, apresentação de soluções e avaliação e selecção de propostas;
- Instituição da metodologia de projecto – concepção, execução, controlo e avaliação – para todas as intervenções aprovadas.

DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA CIDADE, DO TURISMO E DO COMÉRCIO

MARKETING TERRITORIAL: A CIDADE COM IMAGEM NO EXTERIOR

Apresentação

As ações de marketing podem aplicar-se também aos territórios. Cada vez mais a competitividade relativa à imagem criada no investidor é um trunfo que merece ser explorado do ponto de vista da comercialização de um produto. E o território deve ser entendido, no seu conjunto, como um produto que pode favorecer a atracção de investimento, material e imaterial, tendo subjacente a ideia de que o balanço custo-benefício desse aumento de atracção deva ser positivo no que respeita às valias económicas e sociais, mas também culturais e ambientais, apesar de serem mais frequentes avaliações menos positivas nestes dois últimos aspectos.

O marketing territorial, enquanto instrumento operacional eficaz de promoção da imagem da cidade e, por essa via, de captação de intenções de investimento, pode produzir efeitos benignos, de forma directa, sobre a percepção dos seguintes domínios (alguns exemplos):

- 1 Segurança (em geral);
- 2 Qualidade de vida urbana (com especial relevo para as questões dos serviços e infraestruturas públicas);
- 3 Património histórico e cultural (de um modo geral associado às tradições, mas também de forma directa associado às estruturas construídas e suas formas de protecção);
- 4 Oferta relacionada com a qualidade e diversidade de acolhimento ao visitante e turista;
- 5 Formas de integração do visitante ou turista e capacidade de assimilação dos seus valores e sensibilidades (flexibilidade e tolerância);
- 6 Disponibilidade de recursos humanos qualificados (sobretudo pela existência de estruturas formativas ou de qualificações e competências aproveitáveis para projectos de investimento);
- 7 Disponibilidade de espaço a preços justos ou baixos (por relação a outras localizações);

- 8 Administração eficiente, do ponto de vista do cumprimento das normas legais, mas pouco burocratizada;
- 9 (...)

Relevância e pertinência

As acções de marketing territorial, tal como qualquer outra similar aplicada a outros produtos, inscrevem-se em 3 grandes domínios de intervenção: 1) identificação (focalização teórica) e detecção (focalização empírica) dos públicos-alvo ou procura, em diferentes estádios de concretização ou de mobilização para o produto (procuras latente, potencial e efectiva); 2) concepção (ou formulação) e formalização (desenho e avaliação de viabilidade) dos instrumentos de captação/mobilização de cada um desses tipos (eventualmente já segmentados) de procura; 3) operacionalização dos instrumentos antes desenhados tendo subjacentes os processos que permitam a eficiência da sua concretização.

Para a concretização do ponto 3), é fundamental a criação de um plano de divulgação, o qual deverá assentar no pressuposto de que a afirmação da Cidade dentro deste contexto terá de se basear num trabalho de médio prazo de comunicação global e integrada, com forte componente de assessoria mediática nos órgãos regionais e nacionais de imprensa escrita, rádio e televisão.

Como em qualquer trabalho de comunicação deste tipo, os resultados das sementes lançadas desde o seu início começarão a ser mais facilmente visíveis em fases mais avançadas do processo, pelo que mesmo no decurso da elaboração de qualquer política, deverão ser criadas as bases de uma comunicação territorial que suporte o processo de desenvolvimento de longo prazo (plano de divulgação/comunicação).

Para atingir os objectivos de divulgação e mobilização para a participação e criação das condições de envolvimento favoráveis à elaboração e afirmação da Cidade, o plano de divulgação/comunicação terá, apesar de tudo, de ser aberto e flexibilizado de acordo com as circunstâncias e os momentos, já que o sistema de comunicação é dinâmico e condicionado pelos interesses de curto, médio e longo prazo de diversos agentes. No entanto, a sua definição formal e explícita poderá ser guiada pelas seguintes orientações/objectivos com as seguintes características genéricas:

- Divulgar a Cidade, gerindo com os seus agentes os elementos informativos disponíveis e, de acordo com as suas estratégias, formar uma imagem que não pode esquecer as autoridades locais.
- Informar, envolver e mobilizar os diversos agentes (locais e externos) e população local, induzindo a sua participação através de linhas de comunicação integradas e diversificadas, dirigidas diferenciadamente a diversos públicos-alvo.
- Informar agentes externos, ajudando a criar as condições necessárias para um amplo debate interno que promova a afirmação de uma estratégia local.
- Originar situações de comunicação e inserções de informação na área editorial dos «media» portugueses de informação geral, especializada e regional, em torno das valias da Cidade.
- Consolidar um enquadramento de notoriedade positiva para a Cidade, compatível com os objectivos das suas autarquias e agentes económicos e sociais.

Acções

Será necessária uma prestação de serviços de assessoria mediática permanente, preferencialmente a prover pelos serviços das autarquias, os quais serão também responsáveis pelo aconselhamento, elaboração de textos, representação da Cidade junto da comunicação social, recorte das inserções e avaliação dos resultados da comunicação com a imprensa, concepção de conteúdos de comunicação escrita em diversos suportes, propostas de acções de mobilização e envolvimento de diversos públicos-alvo.

Deste modo, podem prever-se as seguintes acções específicas:

- a) Elaboração de um plano de comunicação e divulgação da Cidade, integrando o contributo dos diversos agentes locais, mas sempre com a supervisão das autarquias;
- b) Aconselhamento incidente sobre a aplicação dos elementos de estratégia definidos no plano de comunicação, o qual deverá incluir a reacção a acontecimentos inesperados e deverá funcionar em articulação com uma gestão conjunta da informação disponível.
- c) Representação da Cidade, junto dos jornalistas, através da difusão de textos, de iniciativas junto dos meios para averiguar o interesse que estes podem ter por determinado assunto respeitante à situação da Cidade e recepção de pedidos de

informação, incluindo convites para conferências de imprensa, entrevistas e outros eventos, tais como encontros e visitas.

- d) Recolha e análise permanentes de recortes de imprensa escrita (nacional e regional) e de alertas de televisão e rádio referentes à Cidade.
- e) Realização de materiais de comunicação.

PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Apresentação

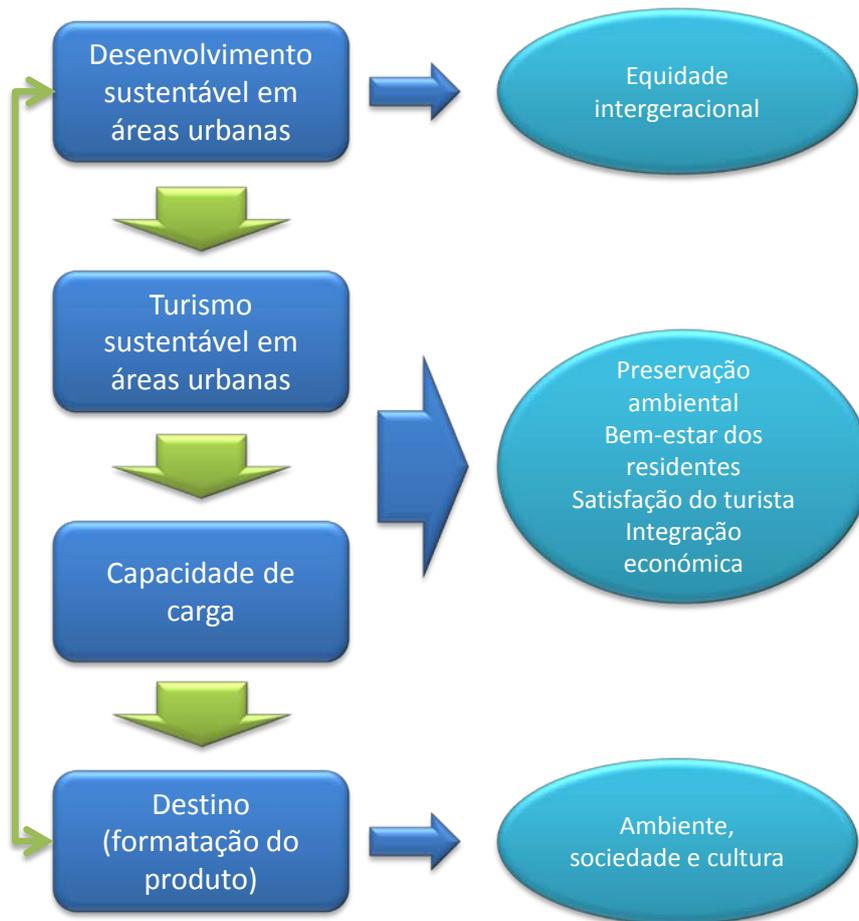
De acordo com a OMT, estima-se em mais de 1,5 mil milhões o número de turistas internacionais em 2020, tendo em conta um crescimento exponencial que se balizou por 14 milhões em 1948, 49 milhões em 1955, 144 milhões em 1965, 403 milhões em 1989 (Shaw & Williams, 1994: 22), 565 milhões em 1995 e 980 milhões em 2011 (UNWTO, 2012a).

No âmbito das atracções turísticas podem-se salientar, entre outras, as seguintes alterações potenciais, com os consequentes reajustamentos no jogo das vantagens competitivas inerentes aos diversos espaços de oferta, mas que apenas destacamos do ponto de vista urbano:

- aumento da importância de atracções relacionadas com formatações/temas específicos, circuitos, aquisição de experiências, etc.;
- reforço da relevância dos factores alojamento e meios complementares enquanto componente importante na tomada de decisão quanto ao espaço de destino (alojamentos temáticos/regionais, gastronomia temática/regional);
- reforço da vertente informação/organização disponibilizada ao turista ou frequentador, o que impõe, devido à crescente fobia pelos esquemas organizados existentes no âmbito do turismo de massa, que seja efectuado de uma forma em que se sinta a sua existência sem, contudo, estar omnipresente;
- reforço de todas as atracções associadas ao encontro de culturas e à troca de experiências num ambiente "socialmente correcto e comprometido.

Relevância e pertinência

Quando se considera um quadro de referência da sustentabilidade na estratégia de desenvolvimento das actividades turísticas, um primeiro nível de contextualização das visões teórico-conceptuais, sistematizado no esquema seguinte, deve ser tomado em conta.



Esta explicitação valoriza, designadamente, o referencial da sustentabilidade aplicado às dinâmicas centrais e secundárias do “cluster” das actividades turísticas e à sua relação com o ambiente natural, com as infraestruturas de suporte e com as comunidades residentes.

Globalmente, os objectivos do planeamento estratégico do turismo de base territorial (ou seja, de forma integrada, já que existe um outro grande tipo de planeamento estratégico no âmbito do turismo de tipo sectorial: termalismo, turismo em espaço rural, turismo de negócios, etc.) podem ser elencados do seguinte modo:

- a) Identificar as formas mais eficazes de desenvolvimento e organização do sector turístico e das actividades que lhe são directamente complementares, os estrangulamentos e perigos com que a actividade se defronta ou pode vir a defrontar num horizonte de curto/médio prazo, as potencialidades existentes e as novas oportunidades de mercado;
- b) Potenciar os factores de adaptação da actividade às mudanças na envolvente económica, nos valores e estilos de vida, nos hábitos de consumo e na valoração das atracções turísticas;

- c) Promover o fomento da diferença aos diversos níveis estruturantes dos produtos turísticos da área, seja no domínio ambiental, seja no cultural, seja, ainda, no social;
- d) Definir e promover as condições indispensáveis ao êxito da actividade na área de recepção: alta rendibilidade económica das iniciativas turísticas, alta rendibilidade social da actividade, imagem positiva da área enquanto destino turístico, coordenação e cooperação entre todos os agentes relevantes do sector, planos de marketing, seja na óptica da potenciação da frequência turística, seja na da captação de investimento turístico;
- e) Evitar factores de perturbação a um processo de desenvolvimento turístico sustentado: descoordenação e concorrência desnecessária entre agentes, desarticulação das iniciativas, atitudes de não colaboração e/ou hostilidade por parte dos residentes, consumo abusivo das matérias primas do turismo, massificação, poluição, erosão da imagem de mercado, etc..

Para que seja possível conhecer e enquadrar medidas de desenvolvimento turístico à escala urbana, propõem-se as acções que a seguir se descrevem.

Acções

As acções que propomos referem-se às diferentes fases de execução de um plano estratégico de turismo e, deste modo, destacamos:

- a) Análise da situação de partida. Aqui se tratará de recolher informação que permita caracterizar não só os contextos externos e internos ao sector, mas também a sua expressão e formatação actual. Entre outros procedimentos destacamos a inventariação dos recursos turísticos: naturais, históricos, culturais, artísticos, arquitectónicos, infraestruturais, serviços de âmbito turístico ou pertinentes para o sector.
- b) Análise dos recursos e das actividades praticáveis na perspectiva de proceder à sua referência geográfica, à classificação dos recursos em função da sua capacidade atractiva, à determinação das capacidades de carga máximas para os recursos mais escassos e frágeis e à determinação do conjunto de actividades que o turista ou visitante poderá praticar.
- c) Síntese da situação de partida e construção de uma matriz de diagnóstico estratégico no sentido de, principalmente, estabelecer retratos nítidos da situação existente, seja globalmente, seja no que respeita as principais dimensões do fenómeno turístico:

organização, oferta, procura, património e recursos, produtos, agentes, serviços e infraestruturas de base, etc.

- d) Definição dos objectivos estratégicos para o turismo tendo em vista, entre outros objectivos, a concepção de um conjunto de orientações estruturantes, nas quais se realcem: a exequibilidade, a inovação, a sustentabilidade e o compromisso com as populações (turismo preferencialmente comprometido e com uma vincada função social).
- e) Concretização em acções específicas, para as quais, desde já, se destacam alguns elementos de enquadramento: definição dos papéis e responsabilidades conferidos aos diversos actores (privados, associativos e públicos), identificação e mobilização dos fundos necessários e formas mais adequadas de os obter (nomeadamente através de propostas de ligação das acções ao quadro dos programas nacionais e comunitários ou a outros sistemas de incentivos existentes), concepção de um método de supervisão dos resultados das intervenções.

A CIDADE ACOLHEDORA DO ECOTURISTA

Apresentação

Como já antes referimos, a propósito da necessidade de elaborar planos estratégicos de desenvolvimento turístico, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), estima-se em mais de 1,5 mil milhões o número de turistas internacionais em 2020, tendo em conta um crescimento exponencial que se balizou por 14 milhões em 1948, 49 milhões em 1955, 144 milhões em 1965, 403 milhões em 1989 (Shaw & Williams, 1994: 22), 565 milhões em 1995 e 980 milhões em 2011 (UNWTO, 2012a).

Após um primeiro momento de arranque, verifica-se a partir dos anos 50 e até aos anos 80 do século XX, um forte crescimento da actividade turística, marcada pela massificação e consequentes efeitos negativos sobre os ambientes urbanos, principalmente de destinos de sol e mar, os quais, apesar do surgimento de novas formas de turismo, continuam a ser, em termos absolutos, os mais procurados. De facto, a progressiva degradação dos recursos naturais, a urbanização acompanhada pela descaracterização paisagística e cultural de vastas faixas litorais da Europa Mediterrânea, conduziram a uma tomada de consciência, por parte dos governos nacionais e de algumas organizações internacionais, dos impactos negativos do turismo e da sua lógica de curto prazo, sazonal, desequilibrada e promotora de uma forte especialização territorial.

Enquanto os números do turismo crescem ano após ano – em 2010, o sector movimentou 5% do PIB mundial (UNWTO, 2012b) –, os efeitos negativos sobre o ambiente natural começaram a dar os primeiros sinais logo após o início da sua massificação: geração de resíduos, poluição atmosférica e sonora, surgimento de empreendimentos turísticos não integrados em processos de planeamento territorial, alterações profundas na identidade territorial, entre outros.

Como reacção à massificação da actividade e prática turística, num contexto de globalização onde se começam a valorizar as diferenças, o contacto com a natureza ou com o “mundo rural idílico” e a interacção activa com as sociedades de acolhimento, vão surgindo formas de turismo mais “amigas do ambiente”, tanto do lado da procura como, correlativamente, da oferta. O turismo rural, turismo de habitação, turismo de natureza e ecoturismo, são paradigmas de um novo modelo que incorpora princípios visando minimizar o impacto, construir/preservar o ambiente e a cultura com qualidade e respeito, promover uma experiência positiva para quem visita e para quem recebe, prover benefícios financeiros

directos para a conservação das localidades, contribuir financeiramente para o desenvolvimento da comunidade local, promover activamente a melhoria das políticas relacionadas com o ambiente natural, a economia, a cultura e a sociedade dos locais visitados.

Relevância e pertinência

O conceito de ecoturismo, introduzido na década de 1980 pelo arquitecto mexicano Hector Ceballos-Lascurain (Ceballos-Lascurain, 1998), tem subjacente a ideia de “viajar para áreas naturais relativamente pouco perturbadas ou contaminadas, com o objectivo específico de estudar, admirar, gozar as paisagens, a sua fauna e flora silvestre, assim como qualquer manifestação cultural (tanto passada como presente) que se encontre nessas áreas. O turismo ecológico implica uma apreciação científica, estética, artística, filosófica ou profissional” (Neves, 2005: 75). Em conformidade com esta definição, o principal objectivo da prática do ecoturismo é o de propiciar uma imersão do turista na natureza como forma de fuga a uma rotina urbana cada vez mais artificial. Ceballos-Lascurain traçou ainda um perfil do praticante de ecoturismo como sendo uma pessoa que procura adquirir algum conhecimento sobre o ambiente natural, em articulação com os aspectos culturais do local visitado. Deste modo, este tipo de turista, “will eventually acquire a consciousness and knowledge of the natural environment, together with its cultural aspects, that will convert him/her into somebody keenly involved in conservation issues” (Dowling e Page, 2002).

Krüger (2005) completou esse perfil, afirmando que os ecoturistas também costumam possuir elevado nível de educação e que entre as suas características também se incluem preocupações com a ética ambiental, esforçando-se por minimizar o seu impacto sobre a degradação dos recursos primários que motivaram a sua deslocação. Para além disso, o ecoturismo tem ainda um enorme potencial para continuar a atrair pessoas que, após uma primeira participação em actividades com ele relacionadas, passaram a estar engajadas na preservação dos ambientes naturais visitados.

Apesar de o ecoturismo estar directamente relacionado com o ambiente natural, ele vai para além do turismo de natureza ou do turismo rural. De facto, estes dois últimos tipos têm a natureza como principal cenário, mas não têm necessariamente de integrar, ao contrário do ecoturismo, as preocupações com a sua preservação. É também sabido que o ecoturista evita as grandes redes de hotelaria e até pode estar disposto a pagar mais pelo alojamento, utiliza o comércio e a restauração locais e adquirem produtos manufacturados localmente (Pedro, 1999: 86-94). São pessoas que buscam novas experiências, num ambiente diferente, mas sem

que para isso tenham que mudar substancialmente de costumes ou alterar o seu padrão de vida (Pedro, 1999: 10; Shaw e Williams, 1994: 83).

Mas, o ecoturismo, sendo promovido como uma ferramenta que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, também se depara com projectos vagos e pouco consistentes, do mesmo modo que é sempre causado algum impacto sobre o ambiente (Kiss, 2004). De facto, Krüger (2005), com base em 251 casos de ecoturismo (estudos realizados entre 1969 e 2001), verificou que apenas 17% deles contribuiu efectivamente para o desenvolvimento local e para a preservação da área onde se implantavam. A este facto, acresceu que 70 dos casos estudados (28% do total) foram considerados insustentáveis, daí resultando “the need for effective control and management of tourist numbers and distribution” (Krüger, 2005).

As actividades e práticas ligadas ao ecoturismo, onde imperam a consciência ambiental e a utilização de “estruturas amigas do ambiente”, são normalmente associadas a meios não urbanos e com uma valia ecológica suficientemente atractiva de modo a viabilizar o investimento na oferta. Mas, também é evidente que os factores locativos de alguns desses investimentos, nomeadamente na óptica do alojamento, podem despoletar efeitos negativos que entram em directa contradição com os objectivos de sustentabilidade ambiental relacionados com o ecoturismo.

Acções

A proposta que apresentamos é simples mas suficientemente robusta para que se possam antever resultados benignos, não só em termos de sustentabilidade financeira, como também ambiental.

As Cidades podem promover a oferta de espaços de alojamento enquadrados na lógica do ecoturismo, desde que a sua envolvente, mais ou menos próxima, aporte recursos primários atractivos, de modo a ser possível o estabelecimento de percursos e “pontos de amarração” que permitam a fruição e o desenrolar de práticas ecoturísticas de qualidade. Desde já elegemos dois tipos de espaço urbano onde este tipo de empreendimentos se poderão localizar: 1) parques urbanos de dimensão acima de 4ha; 2) áreas marginais dos perímetros dos aglomerados urbanos, onde seja possível o estabelecimento de articulações espaciais coerentes com os valores do ambiente natural da envolvente. Deste modo, para além de ser possível a convergência entre a vivência ecoturística e o modo de vida urbano, podem também ficar salvaguardados eventuais efeitos de sobrecarga sobre o meio natural, para além da maior simplicidade e transparência de todos os procedimentos de licenciamento deste tipo de

empreendimentos turísticos, os quais, sendo enquadrados no conceito de “turismo de natureza” de acordo com o artigo 20º do D. L. 39/2008, de 7 de Março, são alvo de um forte escrutínio público derivado da sua potencial localização em áreas ambientalmente protegidas.

O argumento de que a localização desse tipo de empreendimentos se processa naquele tipo de áreas, apenas é válido para situações muito específicas que não podem ser vencidas por distâncias/tempo de deslocação razoáveis tendo em conta o tipo de actividades praticáveis, as quais terão de ser identificadas, caracterizadas e avaliadas do ponto de vista das suas incidências ambientais. Na maior parte dos casos, verificam-se áreas de influência urbano-turística que são consentâneas com os factores de atração dos recursos turísticos primários existentes, sendo que a facilitação de estruturas de apoio à fruição/práticas turísticas serão decerto uma aspecto merecedor de atenção mas mais facilmente resolúvel no contexto de prioridades de protecção do ambiente natural.

REVITALIZAÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL

Apresentação

As actividades terciárias assumem cada vez mais importância económica e social no contexto do desenvolvimento das cidades. A crescente diferenciação deste sector de actividade e o consequente aumento da sua complexidade é uma realidade. Deste modo, o sector terciário, ou do comércio e serviços, apresenta uma complexidade e diversidade de composição por ramos que dificulta a constituição de tipologias homogéneas seja em termos de produtos, seja em termos de organização funcional ou, ainda, de clientes. Isto é, ao abranger actividades tão díspares como a restauração ou os serviços de apoio às empresas (seguros, banca, publicidade, contabilidade, etc...), passando pela venda a retalho ou a grosso de uma grande variedade de bens, não restam dúvidas de que será sempre difícil o estabelecimento de agregações com forte coerência interna e isentas de qualquer crítica.

O sector terciário, a par de um grande desenvolvimento (em termos de emprego, de organização e de volume de vendas) encerra realidades distintas. Apesar da relativamente fraca expressão que a actividade comercial representa em termos de emprego, para além de ela ser um elemento preponderante na estruturação do espaço urbano, também desempenha uma importante função social contribuindo, nomeadamente, para uma mais intensa sociabilidade e animação dos lugares.

Neste sentido, qualquer plano urbanístico e/ou de intervenção e reabilitação urbana, nomeadamente de centros históricos, terá forçosamente que incluir e assumir o comércio na paleta de actividades líderes do processo de planeamento, já que ele potencia e orienta velhas ou novas centralidades no espaço urbano.

Relevância e pertinência

Muitos dos centros históricos das cidades enfermam hoje da perda de população e, consequentemente, da relocalização da actividade comercial para áreas suburbanas, as quais embora muitas vezes pouco estruturadas, representam formas importantes de reconfiguração e reconstituição do mercado, sobretudo na óptica da dimensão da procura. Acresce ainda o aparecimento das *grandes superfícies* que à função comercial acoplam os espaços de animação (com facilidade de estacionamento e acesso) que os centros históricos por razões múltiplas não conseguiram manter e/ou criar.

A falta de animação característica do comércio tradicional, especialmente nos centros históricos das grandes cidades, e a crescente invasão destas áreas pelos serviços vem favorecer a descaracterização destes espaços. Apesar de algumas cidades dificilmente se enquadrarem nesta dinâmica de transformações, não pode deixar de se acautelar o futuro, nomeadamente através de acções coerentes de revitalização e requalificação.

Numa altura em que o comércio tradicional tenta, a custo, sobreviver perante a emergência de novas formas de oferta e novos padrões de procura, encontrar soluções alternativas ou complementares que promovam uma igualdade de oportunidades em termos da competição directa, constituirá porventura o melhor argumento para a sua recuperação ou reconversão. Tal situação terá que ponderar alguns elementos como a qualidade, a localização, o serviço, os produtos e a sua forma de exposição, a capacidade de inovação e de originalidade e a fidelização da clientela. Este último elemento apresenta-se, no entanto, actualmente, de difícil concretização, pelo jogo de tendências que opõem os interesses da procura e da oferta. A primeira procurando, cada vez mais, a relação “camaleónica” com os produtos e os estabelecimentos, a segunda servindo-se de vários instrumentos de personalização, segmentação e identificação (cartão de cliente, por exemplo) que invertam aquele comportamento do consumidor.

Em termos globais a insuficiente qualificação dos empresários associada a uma significativa incapacidade associativa e aos baixos níveis de formação profissional da maioria dos vendedores dificulta todo este processo, constituindo por isso, uma área prioritária de intervenção.

Em muitas cidades, a actividade comercial detém um importante papel económico e social representando, em termos médios gerais, perto de 10% do emprego, embora praticamente circunscrito a micro-empresas, com fraca capacidade de investimento.

As dinâmicas demográficas dos últimos 20 anos, têm-se mostrado favorecedoras da progressiva concentração da população em áreas urbanas. De facto, pese embora uma tendência para a perda de população na maioria dos concelhos do País, tem-se verificado, ou uma menor perda, ou mesmo crescimento das suas sedes. Deste modo, estão criadas algumas condições que constituem pontos fortes e novas oportunidades para este sector de actividade.

As grandes superfícies, apesar de serem muitas vezes encaradas como representando uma séria ameaça ao comércio tradicional podem, de forma aparentemente contraditória, também induzir alterações mais rápidas na estrutura comercial. Estas alterações podem verificar-se

quer ao nível da inovação que as *grandes superfícies* introduzem (funcionando como um *gearing* para o pequeno comércio), quer pela via da diversificação da oferta que potenciam quer, ainda, pelos efeitos de demonstração que as suas técnicas de *marketing* e estratégias de gestão têm sobre o pequeno empresário.

Acções

As cidades, e mais concretamente os seus centros históricos, pelo seu valor arquitectónico e patrimonial, reúnem um conjunto de potencialidades que, uma vez mobilizadas, poderão representar um valor acrescido para o pequeno comércio. Este, para além de dever ser entendido como um factor dinamizador de um autêntico espaço económico, de animação, de cultura e de lazer, acaba também por beneficiar e ser beneficiário daquele mesmo espaço. Isto é, as interrelações que se estabelecem entre comércio e espaço urbano, sobretudo no caso dos centros históricos, acabam por ser geradoras de sinergias que cumulativamente os favorecem.

Sem esquecer a experiência que representaram as intervenções efectuadas ao abrigo dos programas PROCOM e URBCOM, podem estabelecer-se dois grandes conjuntos de acções:

- 1) Reforçar a capacidade atractiva dos centros históricos (CH) - o reforço da capacidade atractiva dos CH deve ser uma prioridade como forma de combater possíveis concorrências, sobretudo em áreas próximas, onde se podem acentuar fenómenos de localização de grandes superfícies comerciais. Neste sentido, podem antever-se os seguintes objectivos gerais:
 1. Promover a reabilitação urbana no sentido de recuperar antigos usos habitacionais e comerciais.
 2. Reforçar a atractividade dos CH através da introdução de melhorias ao nível do ambiente urbano.
 3. Reforçar a atractividade dos CH através da introdução de melhorias ao nível do conforto e da comodidade do transeunte.
 4. Reforçar a atractividade dos CH através da promoção de acções de divulgação/comunicação e de animação.
- 2) Promover uma imagem comercial de qualidade - a promoção de uma imagem comercial de qualidade pode ancorar-se em intervenções dirigidas, tanto para os residentes, como

para os visitantes e turistas. Do mesmo modo que para o conjunto de acções anterior, podem estabelecer-se os seguintes objectivos gerais:

- a) Criação de condições para a instalação de estabelecimentos com funções de ancoragem relativamente ao restante comércio.
- b) Alteração do visual dos estabelecimentos em sintonia com o valor histórico e patrimonial do CH.

TRANSPORTES E ENERGIA

MOBILIDADE SUAVE

Apresentação

O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da União Europeia, pressupõe que os cidadãos, vivendo em cidades, vilas ou aldeias, disponham de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocamentos seguros, confortáveis, com tempos aceitáveis e custos acessíveis.

Uma das soluções mais em voga para uma mobilidade, desejavelmente mais sustentável passa pelo reforço dos modos suaves de transporte.

Entende-se por modos suaves de transporte todo um conjunto de meios de deslocação e transportes que partilham alguns denominadores comuns, tais como: (i) menor ocupação do espaço de circulação e com isso, um menor impacto na via pública; (ii) tendência para velocidades de circulação reduzidas; (iii) não têm emissões de gases para a atmosfera; (iv) a sua utilização é económica e financeiramente sustentável;

Incluem-se neste conjunto modos como a simples pedonalidade, as bicicletas, os patins, os *skates*, as trotinetes, os carros eléctricos, ou qualquer outro modo que partilhe características com a descrição acima enunciada.

Relevância e pertinência

As últimas décadas em Portugal têm sido marcadas, entre outros aspectos, pelo crescimento das taxas de motorização individual, pelo uso do automóvel em curtas distâncias, bem como pela complexificação dos padrões de mobilidade.

Estes aspectos têm-se traduzido, de um modo geral, em consumos excessivos de energia, cujo impacto é progressivamente maior sempre que este custo sobe em função da procura/oferta internacionais.

É nas áreas urbanas que esta realidade se reflecte com particular intensidade, e com isso se assiste a uma degradação progressiva da qualidade de vida das populações. As áreas urbanas são por isso, o espaço que deve beneficiar de uma alteração profundas das suas políticas de mobilidade.

O recurso ao transporte individual, nomeadamente ao automóvel, outrora visto como um sinal de desenvolvimento, passa, desta forma, a ser associado a externalidades negativas, como o

ruído, a poluição do ar e o tempo perdido em congestionamentos, a ocupação de espaço público com vias e áreas para estacionamento, a redução das áreas verdes e do espaço dedicado ao peão, a crescente sinistralidade rodoviária, o contributo para as alterações no clima das áreas urbanas (aumento da temperatura; incremento da precipitação; etc.), entre outras. Estimam-se perdas anuais na ordem dos 100 mil milhões de euros (1% do PIB da União Europeia).

Por outro lado, há que considerar uma realidade emergente, a do cidadão multimodal, ou seja, um cidadão que nas suas deslocações pode recorrer a diferentes modos de transporte, individuais e colectivos, tradicionais ou suaves. Ou seja, há que considerar que o cidadão na sua viagem pode utilizar mais de um modo de transporte, quer durante apenas uma viagem, como ao longo do tempo.

A alteração desta realidade não será possível condicionando apenas o uso a transportes individuais, pelo que são necessárias alternativas, não só pelo lado do incremento e melhoramento da oferta em transportes colectivos, como também, e neste caso, especificamente pela promoção de modos de transporte que permitam alterar o *status quo* vigente.

É necessário promover o recurso a outros meios de transporte, com particular ênfase para os espaços centrais das áreas urbanas, os locais com maiores densidades e/ou com menor disponibilidade de espaço para soluções apoiadas em transportes individuais e/ou colectivos.

É necessário criar condições que permitam a substituição do automóvel particular por outras como com menores impactos ambientais e custos sociais, e que sejam percebidos pela sociedade como alternativas credíveis.

Acções

Tendo em conta as necessidades dos modos suaves de transporte, a construção de pistas cicláveis é a melhor alternativa, pois permitem reforçar o uso de transportes de 2, 3 ou mais rodas, mas também são um estímulo às deslocações pedonais, uma vez que se associam, geralmente, a requalificações do espaço público envolvente.

Para além das pistas cicláveis, é necessário criar pontos de apoio a este tipo de transportes, que podem passar por pontos automatizados de recolha ou entrega deste tipo de transporte, bem como, pela promoção da instalação de soluções pontuais que façam pequenas reparações e/ou de acordo com estabelecimentos que se prontifiquem a fazê-lo. As soluções com recurso

a bicicletas partilhadas, tomando como exemplo Paris deve ser consideradas (22 mil bicicletas com um média de 60 utilizadores/dia).

Por outro lado, a construção de vias cicláveis deve estar subordinado a uma rede que garanta a ligação entre pontos, habitualmente receptores e emissões deste tipo de tráfego, tais como, parques urbanos, escolas, áreas de comércio, áreas residenciais, parques industriais, etc.

Deve haver um incentivo para a criação de espaços para estacionamento de bicicletas, trotinetes, ou outros, em estações de barco, comboio, metro ou autocarro, bem como permitir, e sobre as condições necessárias à segurança de todos os utentes, o transporte das mesmas. Nestes casos, estes transportes devem ser entendidos como complementares da oferta pesada de transporte públicos e integrados numa estrutura como um sistema único de mobilidade.

A possível adesão aos modos suaves de transporte deve ser divulgada entre as comunidades, com particular ênfase para a juvenil seja por via de *workshops*, concursos ou outros. Por exemplo, deve-se apostar na realização de acções regulares nas escolas de promoção da bicicleta e outros modos suaves de transporte, nomeadamente assinalando o dia da mobilidade, desenvolvendo jogos e palestras especializadas, etc.

Há que, não só promover o recurso a modos suaves de transporte, como sensibilizar os seus utilizadores a desenvolverem culturas de segurança (bicicletas com iluminação; uso de capacete e outras protecções; colocação de buzinas; etc.). A sensibilização deve ir, também no sentido de proteger e respeitar quem se desloca, também a pé.

É ainda necessário incrementar as denominadas áreas 30, vias em que a velocidade máxima permitida é baixa e em que se facilita a circulação automóvel e de outros modos suaves de transporte. As áreas mistas, espaços em que o modo pedonal pode conviver com o rodoviário e outros, devem igualmente ser estimulados.

Ao nível dos passeios, são necessárias intervenções no sentido de facilitar a subida/descida sempre que há cruzamentos com faixas rodoviárias. Também deve haver um reforço da sinalética que alerta os condutores de automóveis para a existências de outros modos de transporte.

Podem, também haver incentivos fiscais no sentido de apoiar os utilizadores de modos de suaves de transporte, bem como reduções no custo da respectiva deslocação em transportes públicos.

A temporização dos semáforos pode ser repensada de forma a facilitar, o atravessamento por parte do peão, frequentemente esquecido quando se projectam canais de circulação. O peão deve ainda ser protegido contra o ruído dos modos pesados de transporte.

Como documentos ou experiências de referência apontamos os seguintes exemplos:

- a. Resolução da Assembleia da República n.º 3/2009 que recomenda ao Governo a realização de um Plano para a Promoção da Bicicleta e Outros Modos de Transporte Suaves.
- b. Programa beÁgueda (<http://www.cm-agueda.pt/beagueda>) destinado à introdução de bicicletas eléctricas em Águeda.
- c. Programa de promoção ao uso da bicicleta por parte do município de Aveiro, BUGAS (<http://www.moveaveiro.pt/04mobilidade/movebuga/condicoes.htm>).
- d. Programa europeu Active Access (<http://www.active-access.eu>), que visa promover o uso da bicicleta e as deslocações curtas em modo pedonal com o intuito de favorecer a saúde das pessoas e a economia local (promoção do comércio local). O projecto assenta no mapeamento dos percursos, na indicação da sua duração e na introdução de melhorias, como por exemplo o rebaixamento de passeios.
- e. Projecto Lisboa Ciclável (<http://lisboaciclavel.cm-lisboa.pt>).
- f. Programa da CARRIS Bikebus (<http://www.carris.pt/pt/bike-bus>).

PEDONALIZAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA ATRAVÉS DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO (TRAFFIC CALMING)

Apresentação

Joell Vanderwagen (1995) ironizou dizendo que “o paradoxo da mobilidade do Séc. XX é que enquanto se tornou possível viajarmos até à Lua, tornou-se impossível, em muitos casos, atravessar as ruas das nossas cidades”.

De facto, e no presente, com as pessoas a apoiarem-se largamente em viaturas particulares para efectuarem as suas deslocações, estimulou-se uma forma de urbanismo que privilegiou vias mais rápidas, amplas e directas e maiores possibilidades de estacionamento, desprezando-se, simultaneamente, o cidadão peão e a forma como ele pode vivenciar a cidade.

Este protagonismo dado aos automobilistas favoreceu, não só uma incipiente rede de transportes públicos, como também uma progressiva perda de espaço de circulação nos passeios e escassez de locais de atravessamento seguros, com o conseqüente aumento da sinistralidade rodoviária. Como se não bastasse, as cidades, e em particular os seus centros históricos, experimentaram alguma decadência a que não é alheia, pela via das menores oportunidades de aí se expandir, este culto pela motorização individual.

No entanto, deverá reconhecer-se que a implementação de zonas pedonais, enquanto estratégia para melhorar a qualidade de vida nas cidades, sobretudo nos seus centros antigos, não é uma solução inovadora, e de facto já é ensaiada desde meados do século passado, quer na Europa, como na América do Norte. No entanto, apesar de algumas renitências por parte, principalmente, da actividade comercial, não deixa de constituir-se como um contributo positivo para a melhoria da qualidade de vida de quem aí habita ou venha a habitar.

Relevância e pertinência

A conseqüência do favorecimento e promoção de altas taxas de motorização traduz-se na deterioração progressiva dos hábitos de usufruto dos espaços públicos não viários por parte dos residentes, sendo agora de forma mais marcada, sobretudo nas grandes cidades, os visitantes a darem-lhes utilização e, assim, a contribuirem para recuperação das relações ancestrais que, na Europa do Sul, sempre os animaram e lhes deram razões para a sua existência.

Por outro lado, um espaço público onde o modo pedonal não está suficientemente representado, acaba por não favorecer a instalação de actividades comerciais, tornando-se mais inseguro e hostil, adensando a dificuldade em estabelecer relações de sociabilidade entre os seus residentes.

De facto, as questões em torno da pedonalização e das correlativas medidas de acalmia de tráfego que promovam a segurança dos peões, imbricam-se com outras esferas da vida económica e social urbanas, tais como uma actividade comercial mais forte e com maior visibilidade, ou uma vivência adensadora de melhores e mais fortes relações de sociabilidade. A estas, pode também juntar-se o reforço da dimensão turística, pois o turismo sai favorecido em espaços públicos mais vivenciados e, naturalmente, mais agradáveis ao usufruto pedonal.

Para além da dimensão comercial e turística, existem outros ganhos, como sejam a maior segurança para os cidadãos que andem a pé, a natural melhoria da percepção do espaço construído, uma diminuição da poluição do ar e do ruído, e uma maior pressão benigna no sentido de valorizar o património histórico urbano. Em suma, não basta apenas criar espaços que permitam que as pessoas se desloquem de um sítio para o outro, mas também devem haver condições favoráveis para deambularem e se entreterem nesses espaços, participando num amplo leque de actividades sociais e recreativas.

Acções

Com vista à resolução dos vários problemas identificados, os quais persistem apesar da existência de políticas, ou das intenções nelas explícitas, favorecedoras das deslocações pedonais, torna-se necessário intervir em diferentes dimensões, nomeadamente nos aspectos relacionados com o aumento de espaços exclusivos do peão e outros relacionados com a diminuição da velocidade de circulação automóvel, enquanto forma activa de evitar acidentes graves.

Neste sentido, será necessário recolher informação com vista à identificação das áreas conflito entre o atravessamento rodoviário e pedonal. Por exemplo, importa perceber: i) quais as áreas com mais atropelamentos; ii) quais os espaços em que o atravessamento pedonal é demorado em função da largura das vias; iii) os casos em que o atravessamento pedonal se permite sem interrupção do trânsito automóvel; iv) as áreas em que passeios estreitos convivem com elevadas velocidades rodoviárias ou, ainda, v) os casos em que não obstante estarem presentes passadeiras, não existirem formas de sinalização que protejam o atravessamento pedonal.

Em função da identificação dos casos problemáticos importará, por exemplo, alterar sentidos de circulação rodoviária, a estruturar em planos de mobilidade que considerem outros modos de transporte.

A alteração da temporização dos semáforos deve ser feita com vista a melhorar o conforto de atravessamento, em especial nas vias muito largas que favorecem atravessamentos em mais do que um tempo.

As passadeiras devem ver a sua visibilidade reforçada, e às mesmas devem/podem ser adicionadas soluções complementares, tais como lombas, semáforos, pavimentos irregulares ou desnivelados, entre outras medidas.

Nos passeios estreitos, ou em espaços em que o estacionamento invade o espaço pedonal e força as pessoas a percorrer faixas rodoviárias, podem ser pensados alargamentos dos passeios, remoção de obstruções (painéis publicitários, candeeiros, papeleiras), colocação de pilaretes de protecção, entre outras.

A pedonalização do espaço público pode ser entendida de duas formas, ou é exclusivista ou permite outros modos de transporte, desde que a baixas velocidades. No que respeita a uma pedonalização restritiva a outros modos, será necessário trabalhar a uma escala de proximidade elevada, pelo que o envolvimento das Juntas de Freguesia, por exemplo, é fundamental, na medida em que são os órgãos que melhor conhecem a dinâmica local dos fluxos pedonais.

Nos casos em que a pedonalização permite outros modos de transporte, como os rodoviários, será necessário instalar barreiras que restrinjam velocidades de circulação elevadas, tais como desnivelamentos ou, no caso de vias estreitas, a sua limitação com pilaretes.

Em qualquer dos casos, a pedonalização deve considerar as artérias de maior vigor comercial, e deve ser implementada em conjunto com comerciantes, os que, como já indicámos, normalmente menos aderem a estas iniciativas.

Apesar de algumas das medidas que aqui se apresentam se poderem enquadrar no conceito de acalmia de tráfego, existem outras que podem/devem ser implementadas, tais como, por exemplo: i) o bloqueio de algumas artérias de modo a eliminar o tráfego de atravessamento; ii) introdução de desnivelamentos sempre que existirem passadeiras ou sempre que se justificar pontuar abrandamentos de velocidade. A utilização de obstáculos na via, de forma a forçar o seu estreitamento é, também uma possibilidade.

Para além do envolvimento das juntas de freguesia e de comerciantes, crê-se ser fundamental contar com o envolvimento de associações com trabalho desenvolvido nestas problemáticas, tais como a “associação de cidadãos automobilizados”, organizações representativas do transportes rodoviários e/ou dos modos suaves de transportes, empresas locais, estabelecimentos de ensino, forças de segurança, e outros que se considerem relevantes.

Por fim, o reforço da ideia de que um espaço pedonal, não só qualifica as áreas urbanas, como dota a vida dos seus residentes de uma maior qualidade, é fundamental investir na divulgação das vantagens destas medidas nas respectivas comunidades-alvo, com particular ênfase para a juvenil seja por via de *workshops*, concursos ou outras iniciativas e eventos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Apresentação

A energia foi sempre um elemento fundamental no progresso da sociedade humana. Nos dias de hoje a sua importância intensificou-se e caracteriza-se pela utilização intensa de energia produzida, sobretudo a partir de recursos de origem fóssil.

Como se sabe, os recursos de origem fóssil são finitos e a sua utilização provoca sérios impactos ambientais. Paralelamente, processos como a globalização têm apresentado padrões de consumo de energia de países desenvolvidos a sociedades em desenvolvimento. O desejo de poder beneficiar do bem-estar energético das sociedades mais desenvolvidas por parte das menos desenvolvidas tem despoletado discussões em torno da natureza finita dos combustíveis fósseis, por um lado, e por outro, da necessidade de tornar mais eficiente o consumo energético.

Há, portanto, dois caminhos no que respeita ao consumo de energia. Por um lado, aumentar a produção de energia, seja por via de fontes renováveis, como por não renováveis. Por outro lado, gerir de forma mais eficiente as actuais necessidades energéticas, procurando garantir níveis de bem-estar satisfatórios a par de menores consumos energéticos.

Relevância e pertinência

A noção de eficiência energética, cruza-se, naturalmente com o conceito de sustentabilidade, isto é, o consumo de energia praticado pelo homem tem de ter em conta, por um lado, a finitude dos recursos naturais, e por outro, as consequências da sua exploração intensiva. Alcançar a sustentabilidade energética significa que se garante as necessidades energéticas das gerações presentes e futuras.

O actual consumo energético nacional apoia-se, em larga medida, em combustíveis como o carvão ou o petróleo, e mais recentemente o gás natural. Nenhum dos três é renovável à escala de vida humana, portanto a sua utilização maciça compromete as disponibilidades energéticas futuras, para além de que implica outras consequências como favorecer um quadro de alterações climáticas.

Acresce ainda que Portugal era um dos países da União Europeia com maior intensidade energética, ou seja, incorpora um elevando consumo de energia final para produzir uma unidade de produto interno, situação que é particularmente nociva num quadro de dependência energética do exterior a níveis superiores a 80%.

Acredita-se que consumo final de energia na União Europeia é aproximadamente 20% superior ao justificável, ou seja, há margem para melhorar o consumo energético sem afectar o bem-estar dos seus cidadãos.

No que diz respeito à realidade portuguesa, é, uma vez mais, nos espaços urbanos, que se podem alcançar maiores ganhos se implementada uma estratégia com vista à melhoria da eficiência do consumo energético, pois é nestas áreas que se observa maiores desperdícios.

Ainda que, os equipamentos mais eficientes apresentem custos mais elevados de aquisição que outros menos eficientes, os equipamentos mais eficientes consomem menos energia, conduzindo a custos de funcionamento mais reduzidos e apresentando outras vantagens adicionais.

As principais vantagens de tais medidas são o reforço da competitividade das empresas, a redução da factura energética do país, a redução da intensidade energética da economia, a redução da dependência energética, a redução das emissões de poluentes, incluindo os gases de efeito de estufa.

Acções

É necessário sensibilizar os cidadãos para os ganhos de um comportamento energético mais eficiente, daí que a realização de acções de formação de proximidade a toda a população (crianças, adultos e idosos) seja do maior interesse.

A mobilização da sociedade com vista à alteração do seu comportamento energético pode ser acelerada com incentivos financeiros e/ou com empréstimos sem juros ou com baixas taxas de juro. Por exemplo, a alteração da iluminação pública nas ruas pode beneficiar de linhas de crédito bonificado.

Ao nível dos elevadores e movimentações de carga, há ganhos significativos com a incorporação de tecnologias que permitem que a energia resultante da travagem seja injectada na fonte. Podem haver poupanças energéticas na ordem dos 80%.

Se ao nível dos edifícios pode ser mais difícil alterar a sua orientação geográfica, há muito por fazer ao nível da climatização. Neste domínio devem ser reduzidas as trocas de calor pela envolvente do edifício, isolando paredes e coberturas, utilizando vidro duplo com filmes selectivos.

No que respeita à utilização de envidraçados nos edifícios, estes devem preferir orientações a sul e utilizar adequadas protecções solares (palas, persianas, vegetação, etc.) reduzindo os ganhos de calor excessivos durante o Verão.

As coberturas dos edifícios devem reduzir a absorção de calor através da utilização de revestimentos apropriados (por exemplo tinta branca de dióxido de titânio). A aplicação destes revestimentos pode diminuir a temperatura da cobertura de um edifício em várias dezenas de graus centígrados.

A climatização dos apartamentos deverá apoiar-se num correcto dimensionamento dos aparelhos de ar condicionado, em especial, favorecendo a escolha daqueles com melhor eficiência energética, considerando o custo do ciclo de vida dos equipamentos.

Não há climatização que resulte, se o material de constituição dos caixilhos tiver alta condutividade térmica. Devem ser favorecidos materiais com baixa condutividade térmica tais como o policloreto de vinil ou o alumínio com corte térmico.

No que respeita à iluminação, é fundamental favorecer, por um lado, iluminação natural, e por outro, lâmpadas de alto rendimento, balastros electrónicos, armaduras com reflexão elevada e equipamento de controlo. Note-se que os sistemas de iluminação artificial representam cerca de 10 a 20% do total dos consumos de electricidade nos países industrializados.

Considerando os equipamentos e sistemas eléctricos no sector residencial há também alterações a promover, em particular aquelas que fomentem a troca de aparelhos de elevado consumo energético. Por outro lado, a sensibilização das pessoas para os pequenos gestos que podem dar origem a grandes poupanças são, também fundamentais (por exemplo, evitar colocar equipamentos de frio junto a fontes de calor).

Ao nível do espaço público, a eficiência energética pode ser obtida através da criação de espaços de circulação e paragem para peões, bicicletas e viaturas motorizadas. A colocação de árvores permite providenciar protecção em dias de vento forte e sombra (o sombreamento é particularmente útil nas fachadas poente e nascente).

FRENTES RIBEIRINHAS E ACTIVIDADES PORTUÁRIAS (FLUVIAIS E MARÍTIMAS)

GANHAR AS FRENTES RIBEIRINHAS PARA AS EMPRESAS E AS POPULAÇÕES

Apresentação

A água é um elemento presente em todos os locais habitados pelo ser humano, e um aspecto altamente valorizado, sobretudo as áreas mais próximas a cursos de água, as frentes ribeirinhas.

No passado, as frentes ribeirinhas, eram essencialmente áreas desqualificadas, perigosas e espaços preferenciais para instalação de actividades mais poluentes e/ou relacionadas com actividades portuárias.

No presente, assiste-se à saída destas actividades económicas destes espaços, combinada com o crescimento da actividade turística, generalizando-se a ideia de que é fundamental reabilitar as frentes ribeirinhas, devolvendo-as a novas ocupações, sejam elas serviços, habitação, áreas de lazer ou equipamentos.

Apesar dos maiores exemplos de recuperação de frentes ribeirinhas serem em áreas com fortes dinâmicas portuárias, há que considerar que nos casos em que não havia actividades portuárias, as áreas próximas dos cursos de água eram desconsideradas e pouco qualificadas. Em muitos casos, esses cursos de água eram espaços preferenciais para o vazamento de lixo e efluentes domésticos e industriais.

Relevância e pertinência

A mudança de um paradigma industrial para outro de natureza mais comercial e de lazer é o grande impulsionador da requalificação das frentes ribeirinhas. Esta requalificação é paralela à reabilitação dos centros históricos, ao processo de reorganização da economia urbana orientada para os serviços, à melhoria das condições ambientais e à despoluição das águas e da atmosfera.

Dado que, neste contexto de urbanização e diminuição da importância industrial, as áreas próximas aos cursos de água, são/eram as mais decadentes, são também por isso os espaços a privilegiar de mais intervenções e aqueles que mais ganhos podem produzir para a competitividade das cidades.

Algumas das vantagens que podem advir da requalificação das frentes ribeirinhas são a resposta que se dá à forte procura do público por estes espaços, o afastamento das infra-estruturas viárias e substituição por usos pedonais, a valorização do património cultural e

histórico, a criação espaços públicos de carácter comercial, bem como de sítios de exposições e eventos culturais.

Acções

Neste sentido, é fundamental recuperar as áreas ribeirinhas que se possam revestir de especial interesse para as áreas urbanas envolventes, em especial aquelas que se apresentem mais degradadas.

Ainda que possa depender de caso para caso, a recuperação/revitalização destes espaços deve ser acompanhada de projectos dedicados ao empreendedorismo, tais como parques de incubadoras de empresas e/ou *start ups*.

A revitalização das frentes ribeirinhas deve apoiar-se ainda na diversidade, isto é, na valorização da identidade territorial, ao invés de repetir modelos conhecidos. Por exemplo, se um determinado local tiver uma história rica na pesca, deve valorizar essa memória colectiva.

Será necessário entender as formas de apropriação e de identificação das populações com esses espaços, tendo visão dinâmica das mudanças sociais e culturais. A singularidade destes espaços pode depois ser aproveitada para dar notoriedade à cidade em que o mesmo se insere, seja ela uma cidade litoral, ou interior.

Sugere-se ainda, e sempre que se justifique, que se instalem espaços de fruição ao invés de espaços com fins exclusivamente residenciais ou comerciais. É fundamental garantir bons acessos e que os modos suaves de transporte, nos quais se inclui o pedonal, tem facilidades de acesso e circulação.

Aliás, as acções de revitalização das frentes ribeirinhas constituem-se momentos ímpares para repensar a mobilidade no seu todo, quer no caso dos transportes individuais, quer no dos colectivos.

Nos casos em que tal seja possível, devem ser colocados equipamentos de apoio à prática de actividades náuticas de recreio e actividades marítimo-turísticas, num quadro de envolvimento de parceiros públicos e privados.

AS ACTIVIDADES PORTUÁRIAS, QUANDO EXISTAM, FAZEM PARTE DA CIDADE

Apresentação

Grande parte das cidades dotadas de acessos fáceis ao mar e significativas actividades comerciais e/ou industriais tiveram, em determinado momento da sua história, um desenvolvimento portuário relevante. Este período ocorreu, sobretudo desde o século XIX, com a transformação e ampliação da indústria que dependia directamente do transporte de mercadorias por via marítima, aumentando significativamente o movimento de cargas e descargas.

Em alguns casos esse desenvolvimento deu origem a grandes áreas portuárias que, com o tempo, mais concretamente com alterações de cariz urbano-industrial, viram alterados os seus limites de implantação, deixando para trás extensas áreas obsoletas e desqualificadas, porque desnecessárias à actividade portuária.

Para esta realidade, contribuíram a reconfiguração das infra-estruturas portuárias, nomeadamente por via de especializações funcionais em que os portos repartem entre si a concentração de determinado tipo de actividades.

Por ter imperado uma forma de actuação em que se separou a gestão do território portuário da gestão do resto da cidade, os portos tornaram-se progressivamente menos permeáveis em relação às áreas construídas adjacentes. De facto, o que dominam são extensas discontinuidades urbanas que se reflectem, negativamente, no bem-estar dos seus residentes, bem como na imagem e competitividade da cidade.

Relevância e pertinência

Tendo em conta o que antes se referiu, urge proceder à requalificação destas áreas, no pressuposto de as enquadrar e de repensar a cidade em si mesma, com os seus atributos de fortalezas e debilidades.

Uma cidade que se queira valorizar, entenda-se, aumentar a sua competitividade enquanto cidade acolhedora de pessoas, actividades e investimento, tem de qualificar as suas áreas portuárias obsoletas, espaços que habitualmente constituem extensas frentes ribeirinhas.

Estas áreas têm tendência a alargarem-se na medida em que é previsível que as administrações portuárias continuem a seguir uma tendência de especialização de actividades,

ao mesmo tempo que libertam outras, de fraca ou não especializada actividade portuária, que possam vir a ser usadas para outros fins urbanos.

Às cidades urge alterar esta realidade, na qual dominam frentes ribeirinhas hostis aos espaços urbanos circundantes e seus cidadãos. De facto, predominam espaços desqualificados, polvilhados por contentores abandonados ou espaços de armazenagem e outras instalações desactivadas.

A isto acrescem as sucessivas descontinuidades pedonais, bem como diversas quebras incutidas por redes rodoviárias ou ferroviárias com tráfegos mais ou menos elevados. Geralmente, estas áreas não são bem servidas por transportes públicos, na medida em que os pólos de emprego desapareceram e as densidades demográficas das outras mais próximas são baixas, ou seja, alimenta-se um ciclo de desqualificação e desinteresse urbanístico.

No entanto, a função portuária é fundamental para a cidade, seja nas dimensões de tráfego de mercadorias como de passageiros. Não é lícito afirmar que a função portuária deve deixar as cidades e deslocar-se para áreas periféricas onde o conflito de usos do solo não se verifique com tanta intensidade. Na verdade, a orientação dominante deve ser a de compatibilizar a função portuária com novas necessidades emergentes na cidade (urbano – turísticas, ambientais, estéticas, etc.), também não se podendo esquecer as determinantes hidrológicas que permitem a existência da própria actividade (profundidades de fundeamento por relação à distância à margem).

Por fim, reconheça-se que cada cidade é um caso e a relação que a cidade tem com o seu porto e com a sua área portuária (maios ou menos qualificada) deve ser objecto de análise individual, pelo que as ideias que aqui se apresentam procuram cobrir a maior parte das situações e dinâmicas, não podendo contudo ser consideradas como suficientes para que se verifique o sucesso de requalificação ou de harmonização urbana destes espaços.

Acções

Todo o processo de requalificação deve começar pela inventariação das áreas sem qualquer utilização portuária actual ou prevista, ou outras utilizações conexas. Isto é, das áreas sem qualquer uso portuário, actual ou futuro, com actividades de carácter urbano que não coloquem em causa a operação portuária.

Outro ponto importante a documentar é o que diz respeito às infra-estruturas de comunicação existentes, na medida em que podem ser fundamentais (ou não, por via do apuro nos sistemas

sem fios) para o porto e constituem umas das principais barreiras na relação entre a malha urbana e as áreas portuária. Feito este inventário, é fundamental definir uma estratégia que aumente a permeabilidade da faixa portuária em relação às áreas urbanas adjacentes, e tal só é possível com a permissão de usufruto destas áreas, em condições de segurança.

Outro aspecto que é preciso reforçar são as continuidades pedonais. Todas as acções de revitalização de áreas portuárias obsoletas devem incluir projectos que garantam que o usufruto destas áreas se possa fazer a pé ou em outros modos suaves e, para tal, não podem ocorrer barreiras, ou então corre-se o risco de ter uma “ilha” dentro da cidade à qual só se acede com automóvel.

Estas descontinuidades devem-se, em muitos casos à existência de eixos rodoviários e/ou ferroviários. Apesar destes “cortes” na cidade não serem exclusivos das áreas portuárias, são-no com maior frequência aqui. Seria importante encontrar soluções alternativas tais como enterrar estes eixos de circulação e/ou garantir acessos elevados que garantissem que estes elementos não constituem uma barreira.

A qualificação destes espaços deve ser feita no âmbito do Plano Director Municipal, acompanhado por uma efectiva componente estratégica. Por representarem uma parcela significativa da cidade, e espaços com fortes e diversificados potenciais de utilização, deve haver uma visão de conjunto para a intervenção a desenvolver.

Por outro lado, é muito relevante garantir que se conserva um habitual e rico património histórico industrial, não só para efeitos de memória futura, mas também porque essa conservação da identidade territorial local se pode constituir como um factor de diferenciação na competitividade entre cidades a uma escala regional, nacional ou internacional.

Admitindo que o turismo é uma das principais actividades na economia nacional, todos os projectos de requalificação podem atrair mais visitantes. Neste sentido, devem ser criadas, simultaneamente, estruturas e infra-estruturas de suporte ao turismo náutico e à náutica de recreio, entre outras actividades.

Não só o turismo e todas as actividades recreio e lazer devem ser valorizadas, como se deve dar espaço à implementação de uma estratégia de *mix* funcional, entenda-se, um espaço partilhado por diferentes funções, desde as residenciais até às industriais de tipo ligeiro (*startups*, atelieres, pequenas oficinas, por exemplo).

O envolvimento da comunidade no processo de requalificação é também fundamental. Devem ser estimuladas medidas de participação pública ao longo de todo o processo de requalificação, sejam elas sessões temáticas, *workshops* ou eventos de divulgação de projectos. Será, igualmente relevante envolver um número significativo de parceiros e actores-chave.

Por fim, uma nota para os sistemas de vistas e enfiamentos visuais. Devem-se privilegiar soluções de requalificação e de desenho urbano que apontem no sentido de facilitar a permeabilidade com a frente ribeirinha ou o mar, privilegiando-se assim o desenvolvimento de sistemas de vistas ou de enfiamentos visuais que permitam uma relação de proximidade entre a massa de água e a malha urbana.

A CIDADE INCLUSIVA E RESILIENTE

CIDADE INCLUSIVA PARA OS IDOSOS

Apresentação

O envelhecimento demográfico – definido pelo aumento da proporção das pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem, e/ou da população em idade ativa – tem vindo a marcar a sociedade contemporânea Europeia de tal maneira que já estão comprometidas: i) a renovação dos recursos humanos (reprodução biológica abaixo do limiar de substituição das gerações) e, logo, as bases do crescimento económico e desenvolvimento social assentes na solidariedade inter-geracional; e ii) a qualidade de vida, particularmente no meio urbano, dependente dos serviços e redes de apoio social e económico e de cuidados de saúde, públicos e privados e intra e extra-familiares, entre outros.

Os reflexos negativos do envelhecimento demográfico marcam, quantitativa e qualitativamente, particularmente as cidades Europeias, onde hoje reside a larga maioria da população (cerca de 70%). Deste modo, o habitual modelo de desenvolvimento que aposta nas cidades, enquanto dinamizadoras da economia e cultura e incubadoras da prosperidade, centradas na capacitação (saúde, ensino), valorização (emprego, participação) e qualidade de vida (habitação, mobilidade, consumo, segurança) da população nas idades pré-ativa (até 15 anos) e ativa (15 – 64 anos), terá de ser alterado, pois está muito condicionado pelo crescente envelhecimento demográfico a que acresce a expectativa de que população idosa, ou aquela na idade pós-ativa (65 e mais anos), irá desfrutar os benefícios derivados dessas mesmas apostas, acumulados através de um sistema, institucionalizado ou não, de solidariedade inter-geracional. Tem sido cada vez mais evidente que o futuro das cidades – ou seja, os rumos e efeitos de políticas públicas e investimentos que visam a sustentabilidade do desenvolvimento urbano – depende, também, do reforço explícito da assistência social e de cuidados de saúde às pessoas idosas. A necessidade dessa aposta nos idosos justifica-se, essencialmente, pelas seguintes razões: i) a razão ética, ou cultural, derivada dos valores intrínsecos do funcionamento do Estado Providência que, embora hoje debilitado pelo envelhecimento demográfico, continua a ser objeto de orgulho civilizacional, oriundo da Europa urbanizada; ii) a razão da racionalidade económica e sustentabilidade financeira dos investimentos na contínua modernização de serviços e equipamentos sociais e de cuidados de saúde, impulsionados pelas inovações sociais e tecnológicas em prol da otimização do seu aproveitamento.

A necessidade de lidar com o envelhecimento demográfico, de modo a integrar a assistência social e na saúde nos investimentos em desenvolvimento local e regional, levou o Parlamento Europeu a proclamar 2012 como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações.

Relevância e pertinência

Portugal tem sido marcado pelo crescente agravamento do fenómeno do duplo envelhecimento da população (aumento da população idosa e redução da população jovem). O Censo de 2011 registou 15% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e 19% no grupo dos mais idosos (65 ou mais anos), daí resultando um Índice de Envelhecimento da população portuguesa de 129, o que significa que por cada 100 jovens havia 129 idosos. Em 2001, este índice era de 102. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentaram, em 2011, os índices de envelhecimento mais baixos do País, respetivamente, 74 e 91. Em contrapartida, as regiões do Alentejo e Centro foram as que apresentaram os valores mais elevados, respetivamente 179 e 164.

De acordo com as projeções do INE até 2050, a população residente sofrerá um agravamento do envelhecimento, com a redução dos efetivos mais jovens, como resultado de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações, e o aumento da população idosa, consequência do esperado aumento da esperança de vida. Em qualquer dos cenários considerados, Portugal assistirá a um aumento, entre 63,2% e 76,5%, da sua população idosa. Até 2050 a população de todas as regiões, qualquer que seja o cenário escolhido, envelhecerá, podendo mesmo o índice de envelhecimento situar-se nos 398 idosos por cada 100 jovens, em 2050 no cenário mais pessimista. No cenário base, o valor aumenta para 243 idosos por cada 100 jovens, enquanto no cenário mais otimista a projeção é inferior (190).

Relativamente ao peso relativo da população idosa sobre a população em idade ativa, isto é, o Índice de Dependência de Idosos, traduzido no número de idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa, o INE prevê que no horizonte temporal 2050, o seu valor oscile entre 54 e 67 idosos (valor em muito superior aos 24 que tinham sido estimados para o ano 2000). A nível regional, os valores deste indicador poderão oscilar entre os 45 (Açores, no cenário elevado) e os 89 (Alentejo, no cenário baixo). Manter-se-á o Alentejo como a região com o valor mais elevado e os Açores com o menor número de idosos por 100 indivíduos em idade ativa. O Norte e a Madeira, que em 2000 apresentavam dos valores mais reduzidos (20), revelam-se as

regiões em que o aumento será mais acentuado, podendo em 2050 mesmo mais do que triplicar a relação observada em 2000.

Relativamente à população residente urbana, é fortemente provável que os dados dos Censos de 2011 venham a confirmar um aumento substancial de ambos os índices – de envelhecimento e de dependência de idosos – na maioria das cidades (publicação dos dados prevista para 2013). Esta expectativa está assente em padrões de redistribuição espacial registados nas últimas décadas. O padrão de litoralização dos anos 80 e 90 acentuou-se e reforçou-se o movimento de concentração da população junto das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto no período 2001-2011. Ao mesmo tempo, embora a maior parte dos municípios do interior tenha perdido população (171 concelhos em 2001; 198 em 2011), a redistribuição intra-municipal da população foi marcada pelo despovoamento das áreas rurais e aumento da concentração da população residente na maior parte das vilas ou cidades pequenas e médias, principalmente sedes de município.

No actual contexto de crise da economia Portuguesa, o crescente e significativo envelhecimento demográfico reflete-se hoje, em termos quantificativos, nas condições sociais e de saúde dos idosos, de forma muito mais adversa do que no início dos anos 2000. Tendo em conta as tendências dos padrões de concentração da população nas cidades e as previsões demográficas até 2050, estas condições continuarão a agravar-se e, conseqüentemente, se não for definida uma estratégia integrada de combate a este problema, corre-se o sério risco de haver uma indução de custos financeiros cada vez mais elevados, em resultado da pulverização setorial e da dispersão geográfica de investimentos, provavelmente *ad hoc*, nas áreas urbanas, como forma de atenuação das condições de vida dos idosos. Na tentativa de inverter, ou pelo menos travar, o círculo vicioso entre as crises sociodemográfica e socioeconómica que impedem o desenvolvimento sustentável das cidades e do País, será necessário reforçar a assistência social e de cuidados de saúde às pessoas idosas.

Acções

A consolidação de uma cultura de inclusão dos idosos tem de ser encarada como um denominador comum de impacto relacionado com a melhoria dos cuidados sociais e de saúde para pessoas idosas (ou seja, 20-40% da população), garantindo a sua acessibilidade plena e adequada à satisfação das suas necessidades e capacidades funcionais (físicas e intelectuais) através de diversas formas de assistência social, cuidados organizados institucional ou não-institucionalmente e com uma atempada e especializada protecção de saúde.

Os impactos desta nova cultura, podem traduzir-se, ao nível dos cidadãos (indivíduos e grupos sociais idosos e adultos mais velhos), num aumento da sua auto-estima e sentimento de pertença à Cidade. Pode também verificar-se um aumento da coesão e inovação social e económica da população urbana como um todo. Em acréscimo, podem também refletir-se num incentivo ou racionalização de investimentos em: i) desenvolvimento dos recursos humanos, institucionais e tecnológicos nas diversas áreas da vida urbana (governança, economia, comunicação social, p.e.); ii) interligação entre todos os fatores envolvidos nos cuidados da pessoa idosa, desde a medicina familiar prestada em centros gerontológicos e instalações geriátricas, hospitais de dia para idosos, centros de assistência e reabilitação, até ao turismo de saúde para idosos.

Para melhorar substancialmente as condições para um envelhecimento saudável, ativo e produtivo, mantendo os idosos o maior tempo possível nas comunidades locais onde residem, será necessário: i) proporcionar uma sistemática, abrangente e acessível assistência social e à saúde de acordo com as necessidades específicas das pessoas em terceira (65-80 anos de vida) e quarta idade (81 e mais anos de vida); ii) reduzir o isolamento social das pessoas idosas devido à perda de comunicações sociais intra e extra-familiares na comunidade da sua residência.

1. Renovar ou ampliar equipamentos existentes ou construir novos para acomodar os idosos e deficientes.
2. Desenvolver novas formas não-institucionais de cuidados aos idosos (centros de gerontologia como centros de uma abordagem multidisciplinar para cuidar dos idosos na comunidade local).
3. Desenvolver programas específicos de medidas de saúde (medidas preventivas básicas de saúde de prevenção primária, secundária e terciária) e procedimentos para proteger a saúde das pessoas idosas.
4. Monitorar continuamente, estudar e avaliar as necessidades de integração social e de saúde da população idosa.
5. Eliminar e/ou minimizar os obstáculos, estabelecer sinalética e tornar efetiva a prioridade de uso aos idosos (Decreto-Lei n.º 135/99 de 22 de Abril) em edifícios, ruas, mobiliário urbano e transportes.

6. Incentivar a criação de novas PME, bem como o aumento do emprego nas já existentes, cuja atividade contribua explicitamente para a melhoria da condição social, económica e de saúde os idosos.
7. Encorajar o terceiro sector (ONG, IPSS, associações e cooperativas) para estabelecer planos, programas e projetos de melhoria de assistência social aos idosos.
8. Certificar como “socialmente responsáveis” as empresas e instituições públicas e privadas que continuam em contacto com, e apoiam, os seus reformados e respetivas famílias.

A CIDADE DOS JARDINS PRODUTIVOS

Apresentação

A ideia das “hortas urbanas” tem raízes nos anos 70, em locais tão distantes como, por exemplo, Macau. Tratava-se, por um lado, de prover os imigrantes rurais com meios prolongadores da sua vivência agrária e, por outro, de garantir um complemento de subsistência a uma parte de população empobrecida e, por isso, pouco integrada no meio urbano.

Experiências mais recentes (anos 90) e em países desenvolvidos como, por exemplo, o Canadá, associam as hortas urbanas a três tipos de movimento interrelacionados: 1) o regresso às origens rurais e a recuperação das tradicionais técnicas agrícolas; 2) o cultivo de produtos agrícolas orgânicos como reacção a padrões de produção e consumo cada vez mais artificializados; 3) uma atitude proactiva de negação de algumas características da vida urbana, que encontra no contacto com a terra e na agricultura uma actividade lúdica libertadora.

Em Portugal, as hortas urbanas têm também assumido aquelas três funções, apesar de ser inegável a maior importância da de subsistência ou de complemento dos rendimentos familiares, numa lógica mercantil que está muito para além dos factores de poluição (sobretudo por hidrocarbonetos, no caso daquelas que se localizam junto a rodovias) e consequente degradação da qualidade dos produtos que sublevam a percepção de “orgânico” ou “natural”. Acresce que, na configuração social que prevalece já desde há algumas décadas, muitas destas iniciativas se devem à acção de imigrantes, tanto estrangeiros, como com origem em áreas rurais nacionais, sendo também mais frequentes as situações enquadradas em áreas marginais ou periféricas aos centros urbanos, onde nomeadamente ocorrem maiores indefinições de propriedade dos solos (serventias ou servidões públicas, p.e.).

Relevância e pertinência

Qualquer um dos três “movimentos” acima identificados é portador de valias que merecem ser acolhidas em contexto urbano, não só enquanto amenizadores de tensões sociais por via, por exemplo, da função de apoio de subsistência, mas também enquanto factores de animação urbana por via da preservação de valores agrários rurais. Apesar de tudo, no primeiro caso, está-se perante um problema social cuja solução passa por outros mecanismos de suporte, enquanto no segundo caso se está perante uma problemática que merece uma reflexão mais aprofundada do ponto de vista da sua relevância.

De qualquer modo, não restam dúvidas de que, apesar dos contextos urbanos diversificados (com mais ou menos prevaletentes ligações ao mundo rural), são possíveis identificar dois factos:

- 1) uma crescente apetência por parte dos cidadãos urbanos pelas práticas agrárias, de que aliás o crescente interesse pelo agro-turismo é uma das faces visíveis;
- 2) a também crescente dificuldade, por parte das estruturas autárquicas (Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia), de manterem em boas condições as suas áreas verdes públicas de utilização colectiva.

É com base nestas duas constatações que apresentamos as acções que se seguem, as quais já são reconhecidamente uma mais-valia aproveitada no interior de bairros de promoção social, como forma de estreitar laços de pertença e, por essa via, ajudar na preservação do património público.

Acções

As iniciativas a promover e o trabalho a desenvolver neste âmbito, por parte das autoridades locais, devem reflectir-se num efectivo aproveitamento da disponibilidade das comunidades urbanas para a condução de actividades de lazer ligadas à agricultura, bem assim como para a sua capacidade em manterem em boas condições de exploração os espaços públicos que para isso vierem a ser destinados.

Para o caso em concreto, também se devem procurar soluções para um crescimento urbano harmonioso, incorporando a gestão de recursos e equipamentos públicos, tais como espaços verdes e jardins, de modo a integrar estratégias de sustentabilidade cultural, económica e social, o que pode ser propiciado pelo facto de a prática de “hortas urbanas” se poder adaptar a uma grande variedade de situações urbanas e a diferentes necessidades das partes envolvidas (stakeholders), com impactes positivos nas esferas social, económica e ecológica.

Mais em detalhe, o que se tem mente é a utilização de espaços públicos passíveis de serem utilizados como “hortas urbanas”, através das seguintes acções:

- Identificação de jardins, espaços verdes e outras áreas do domínio urbano às quais se possa apontar alguma aptidão agrícola, a serem loteadas em talhões de área adequada;
- Identificar as culturas hortícolas, tendo em conta as características dos solos, com melhores garantias de sucesso;

- Definir o processo de selecção dos candidatos a agricultores urbanos, bem como os objectivos que se procuram com a implantação de hortas em espaço público urbano;
- Criar uma equipa, constituída por pessoal especializado, para apoio, aconselhamento e acompanhamento aos agricultores urbanos aprovados; esta equipa pode, também, prestar idêntico serviço aos agricultores urbanos em espaço privado.
- Promover o conhecimento das hortas urbanas junto da população em geral procurando-se, ainda, desenvolver actividade pedagógica e de esclarecimento em matéria de alimentação, ambiente, ecologia e desenvolvimento sustentável.

A criação destes espaços, em plena Cidade, pode ser objecto de medidas específicas de gestão que envolvam e responsabilizem os moradores do bairro onde se localizam e, desde que seja prosseguida uma política geral de “espaços verdes produtivos”, coadjuvará na criação de uma consciência ambiental efectiva.

RESILIÊNCIA URBANA

Apresentação

Fenómenos naturais, tecnológicos, sociais, ou outros, nem sempre se traduzem em riscos para os indivíduos e para os tecidos urbanos. De facto, as sociedades podem, pela sua acção no território, interferir na magnitude do risco e dos seus impactos, e dessa forma controlar as respectivas consequências.

Presentemente, o contexto de crescimento urbano (em alguns casos desordenado), de degradação ambiental (alteração de cursos de água e intervenções em taludes, por exemplo) e de alterações climáticas (incremento de fenómenos naturais extremos, subida do nível médio das águas do mar, etc.) potenciam o impacto dos desastres e aumentam a vulnerabilidade das comunidades urbanas.

Reconhecendo-se que, tendencialmente se devem esperar mais desastres com vítimas e elevados custos materiais, é fundamental desenvolver estratégias que tenham como finalidade promover comunidades urbanas mais resilientes.

A escala local é fundamental para o incremento da resiliência, na medida em que é a escala acertada para desenvolver iniciativas de sensibilização, ao mesmo tempo que se permite uma articulação mais eficiente entre os diversos actores com responsabilidades na problemática.

Relevância e pertinência

Ainda que ocorrência de desastres não seja exclusiva das últimas décadas, a vida urbana potencia consequências mais graves, com as quais é necessário lidar. Tome-se como exemplo uma inundação: dificilmente em contextos de baixas densidades populacionais, uma inundação se traduziria em muitas vítimas mortais ou danos materiais significativos. No entanto, as alterações incutidas pela urbanização do território promovem uma intensidade completamente diferente face à ocorrência do mesmo tipo de fenómenos.

Por outro lado, a vida urbana desencadeia outro de riscos que até então não se observavam. Acidentes com transportes ou acidentes industriais podem representar custos elevados para a sociedade com os quais é preciso lidar, seja prevenindo, seja desenvolvendo mecanismos de resposta mitigadores das suas consequências.

Considera-se, pelo que se referiu e à luz de recomendações das Nações Unidas, que se enfrente o problema do fatalismo associado ao desastre e se desenvolvam boas práticas que

permitam às comunidades, especialmente às urbanas, melhores níveis de resistência, adaptação e recuperação, ou por outras palavras, de resiliência.

Para isso, crê-se ser fundamental reforçar e apoiar: i) os governos locais, grupos comunitários e líderes, envolvidos no processo de gestão do risco; ii) instar as administrações locais a tomar medidas para reduzir a vulnerabilidade do espaço construído ao desastre; iii) aumentar a conscientização dos cidadãos e dos governos ao nível da redução dos riscos urbanos; iv) dotar as diversas entidades locais com um orçamento próprio para promoverem actividades de redução do risco; e, ainda, v) incluir a temática da redução do risco no processo de planeamento, através de sessões participativas.

Acções

A cidade resiliente é uma cidade que deve abarcar um vasto conjunto de aspectos, parte deles, elencados e desenvolvidos por várias publicações das Nações Unidas. Neste sentido, as cidades devem dotar-se de capacidade de organização e coordenação, definindo de forma clara as competências e missões assacáveis aos diferentes grupos intervenientes na sua protecção. É necessário que todos os sectores da comunidade conheçam o seu papel na redução do risco de desastre. Não será possível tornar uma cidade mais resiliente, se não se dispuser de um orçamento próprio que possa, não só preparar equipas de prevenção/reacção, mas também estimular as organizações e os cidadãos a fazê-lo.

O levantamento de informação sobre os riscos e as vulnerabilidades existentes constitui-se como uma etapa igualmente necessária. A análise de risco deve surgir em todos os planos de desenvolvimento urbano e deve ser disponibilizada ao público toda a informação sobre riscos e planos para a resiliência, durante e após as etapas de discussão pública.

Ser resiliente não significa ser omissos em relação às funções de prevenção. De facto, a cidade deve investir e manter todas as estruturas que reduzam o risco. Por exemplo, é crucial assegurar o pleno funcionamento dos sistemas de drenagem de águas pluviais.

As escolas e unidades de saúde são elementos chave na estratégia de resiliência, pelo que o reforço da sua segurança deve ser um dos passos a seguir.

A aplicação e o reforço dos regulamentos de segurança nos processos construtivos com o objectivo de reduzir os riscos nas infra-estruturas deve ser levado mais a sério, assim como devem ser identificadas as áreas de menor perigosidade com vista ao desenvolvimento urbano nesses territórios.

É também relevante criar e ou melhorar programas de educação/formação/sensibilização sobre a redução do risco de desastres junto de comunidades específicas. As comunidades escolares podem ser um dos alvos principais, dados os efeitos de disseminação de informação ao nível dos lares e das famílias. Também as populações idosas, pela elevada exposição a algumas situações de perigo, devem ser privilegiadas.

Uma abordagem ecossistémica deve também ser valorizada, promovendo um maior respeito, através da minimização de intervenções transformadoras ao nível dos ecossistemas naturais, já que, em muitos casos, é a falta de consideração pelos ecossistemas naturais que está na origem de vários desastres.

Deve também ser desenvolvido um sistema de alerta precoce e de gestão de emergência eficaz. Neste contexto, a cidade deve privilegiar a realização de exercícios para testar as capacidades das diversas entidades e da própria comunidade. Por fim, acrescenta-se que na fase de pós-desastre, as necessidades dos sobreviventes devem ser consideradas no processo de reconstrução, com o apoio de todas as organizações e indivíduos da comunidade.

A CIDADE DA CULTURA, DO PATRIMÓNIO E DO CONHECIMENTO

CULTURA E INDÚSTRIAS CULTURAIS/CRIATIVAS

Apresentação

Nos cenários frequentemente idealizados pelos governantes das cidades, a relevância das actividades culturais urbanas – ou seja, os seus múltiplos significados e efeitos sociais, económicos, psicológicos, estéticos e outros, no médio e longo prazos – deveriam superar os limites da cidade e/ou da sua área de influência imediata, e estender-se aos níveis nacional e internacional, senão global. Contudo, os investimentos em recursos materiais e humanos nas actividades culturais urbanas são muitas vezes desproporcionados em relação aos níveis da sua efectiva relevância local/regional, nacional ou internacional/global. As complexas razões que estão na base disso residem em inúmeras combinações possíveis entre as seguintes duas situações extremas: i) ou os agentes de governança, públicos e privados, idealizam de forma excessiva a oferta em relação à procura dessas actividades e investem nelas, embora sem retornos mínimos, não conseguindo assim cobrir os seus custos (financeiros e outros) ou, ii) a procura destas actividades, desde a escala local até à global, é tão alta e/ou crescente que vai exigindo, ou estimulando, cada vez maiores investimentos.

A segunda situação acima mencionada irá ser alvo, necessariamente, de cada vez maior importância no contexto da crescente escassez de recursos financeiros, particularmente públicos, em sectores, como é o caso do da cultura, cujos retornos (financeiros e/ou em termos de relevância local/global) são viáveis só a médio e longo prazos. Nesta situação, o alcance da relevância e, implicitamente, a viabilidade financeira das actividades culturais urbanas depende do jogo de factores quantitativos entre a oferta, procura, apoios e lucros financeiros mas que, em última instância, acabam por ser o reflexo da natureza da identidade (ou tipo e força da sua mudança) de cada cidade, reconhecida ou não, como culturalmente competitiva adiferentes escalas geográficas.

Neste sentido, será necessário apostar em investimentos nas facetas, materiais e imateriais, da identidade urbana que possam fortalecer as existentes e/ou estimular a competitividade das novas actividades culturais urbanas. No actual contexto de transnacionalização das relações políticas, sociais, económicas e ambientais, bem como das crescentes sinergias e antagonismos entre multiculturalidade e tradição, cosmopolitanismo e localismo, esta aposta deve basear-se no fomento concertado das indústrias culturais/criativas encaradas como instrumentos dinamizadores da cultura e da economia urbanas no nexo local/global. Deve salientar-se, desde já, que o desenvolvimento dos diversos aspectos da cultura urbana com elevado

potencial competitivo aos níveis nacional e internacional, é frequentemente incentivado pela produção independente (artistas independentes, estudantes das academias de arte, associações artísticas e amadores já experientes), a qual também está mais dependente da actuação dos média no que respeita à divulgação de novas tendências. No entanto, as actividades culturais de tipo independente também não obtêm o financiamento adequado, não só devido à falta generalizada de grandes patrocinadores, mas também por não constarem nos orçamentos municipais ou, ainda, por não poderem competir com os mesmos meios que os agentes da cultura institucionalizada, em concursos públicos.

Relevância e Pertinência

Dependendo da posição dos centros urbanos na hierarquia regional, nacional ou internacional, cada cidade é um centro de indústria cultural/criativa cuja importância pode ser medida em termos de, por exemplo, número de cinemas, de teatros e de concertos, bem como das empresas registadas em áreas como o design, a arquitectura, a publicidade, a produção audiovisual, entre outras.

Em Portugal, porém, sendo que nem todas as indústrias culturais/criativas estão integradas nas políticas culturais urbanas (além de, porventura música, cinema, Belas Artes e editoras), não é possível monitorizar sistematicamente as suas dinâmicas, apesar de elas ajudarem, de forma óbvia, ao desenvolvimento cultural das cidades, não só relativamente à obtenção de rendimentos, mas também ao reconhecimento da sua identidade cultural e capacidade de competir nonexo local/global.

Regra geral, o sector privado está pouco presente no campo da cultura, e parece prevalecer uma visão, mesmo por parte das autoridades locais, de que se trata de um sector, sobretudo em termos dos seus efeitos financeiros, pouco contributivo para o desenvolvimento da cidade.

Independentemente do facto de cada cidade poder ser encarada, pelo menos teoricamente, como um centro cultural de influência local, regional, nacional ou transnacional, a maior parte delas ainda não definiram e/ou implementaram uma política pública integrada de desenvolvimento cultural, tanto para o sector da cultura em si mesmo, como também para o acolhimento das contribuições que as indústrias culturais e criativas podem aportar para outros sectores da economia, como o turismo, a educação e a saúde, por exemplo. Portanto, além de instituições e iniciativas culturais públicas devem contar com apoio diversas indústrias culturais/criativas em áreas da cultura independente cujos detentores são diversas instituições associações e/ou sociedades produzindo e/ou mantendo, de maneira profissional ou amadora,

artesanal ou em massa, as actividades relacionadas com bibliotecas, museus, música, teatro, artes plásticas, cinema, cultura da rua, arte juvenil, publicações, ou centros culturais locais, regionais, nacionais e internacionais.

Outra dificuldade a enfrentar nas cidades Portuguesas é que o alcance e/ou reconhecimento da relevância e competitividade da identidade urbana muitas vezes não depende só da procura e concorrência cultural externas, mas também dos modos e eficácia do seu funcionamento em relação à procura, existente e potencial, dentro do próprio perímetro urbano. O problema mais comum a resolver é a desigual quantidade e qualidade na disponibilidade e/ou na distribuição da oferta cultural (instalações, projectos, produtos, serviços culturais) entre os bairros urbanos, particularmente os mais recentes, por vezes sem bibliotecas e salas de leitura, salas para exposições, oficinas de arte e outros espaços necessários para satisfazer as necessidades culturais da população residente.

Também a população presente (migrantes temporários, turistas nacionais e internacionais, etc.) que procura os produtos e serviços da cultura urbana pode contribuir para o reforço das existentes ou novas indústrias culturais/criativas. O turismo em geral, e o turismo cultural em particular, frequentemente representa uma fonte de procura estável, cada vez mais sofisticada, da oferta da cultura urbana local dentro de parâmetros, cada vez mais ubíquos e/ou complexos, no contexto dos actuais processos e fenómenos de multiculturalidade, cultura global, cosmopolita, diversificada, etc.. Deste modo, desde logo devem ser procuradas e estabelecidas complementaridades entre a industria do turismo e as industrias culturais /criativas urbanas.

Acções

De acordo com o acima exposto, é necessário criar: (i) um sistema integrado para o fomento do sector de indústrias culturais/criativas, desde a colecta de dados estatísticos até à identificação das iniciativas que enquadrem os apoios público e privado; e (ii) definir claramente a importância social e económica das indústrias culturais/criativas para o desenvolvimento do capital local cultural das cidades. Também, as acções em prol da competitividade das indústrias culturais/criativas deveriam assegurar:

- A definição dos elementos chave contemporâneos de identificação cultural da cidade, que podem afectar o seu maior reconhecimento nacional e/ou internacional ou seja, servir como um ponto de partida para a atracção de investimentos em indústrias culturais/criativas e no turismo (*branding*);

- criação das percepções diferentes (construtivas) sobre o papel e a definição do sector de indústrias cultural /criativas; o envolvimento de indústrias culturais/criativas no conjunto do sector cultural da cidade.

Em acréscimo, podem perspectivar-se outras acções como:

- elaborar um Plano de Acção com as medidas concretas e exequíveis para encorajar o desenvolvimento das indústrias culturais/criativas: explorar opções de aluguer de espaços de negócios em condições preferenciais para as indústrias criativas que contribuam para a valorização da identidade da cidade e para o emprego de pessoas altamente qualificadas do sector criativo, com possibilidade de estabelecer prémios anuais para as indústrias criativas cujo trabalho for reconhecido e/ou premiado nos planos nacional e internacional;
- implementar e monitorizar a eficácia de actividades realizadas em conformidade com o Plano de Acção;
- definir e preparar a localização dos futuros “clusters criativos”, nomeadamente em áreas vazias ou subaproveitadas (instalações industriais antigas, armazéns, etc.);
- promover "ninhos de artesãos" ou iniciativas integradas com vários museus e outros equipamentos culturais e desportivos, cultura de rua e arte urbana como elementos chave de identificação cultural contemporânea que podem ser traduzidos em novos produtos culturais da cidade.

PATRIMÓNIO E CULTURA

Apresentação

O património deve ser entendido de forma ampla, isto é, enquanto expressão, num determinado quadro territorial, do trinómio natureza/modo de vida/cultura. O património corresponderá assim, nesta perspectiva, à concretização material e imaterial dos processos e dos factos naturais e culturais que conferem especificidade ao território em causa, incluindo as seguintes dimensões:

- elementos e fenómenos naturais;
- paisagens e estilos de vida;
- lugares arqueológicos e históricos;
- construções, organizações e saberes tradicionais;
- manifestações religiosas;
- manifestações recreativas e desportivas;
- elementos e manifestações artísticas.

Estas sete dimensões expressam-se, certamente, de um modo conjugado e articulado, correspondendo no seu conjunto ao complexo simbólico de uma colectividade territorial. Contudo, para fins analíticos, a distinção das várias dimensões é indispensável, já que a valorização do património deve ser encarada em duas vertentes distintas mas complementares: enquanto factor de identidade da(s) comunidade(s), dirigido sobretudo para o interior do território, e enquanto recurso, virado predominantemente para o exterior.

As várias Cidades do País podem ser encaradas como tendo um passado comum consolidado que as individualiza no conjunto nacional, apesar das divergências que as segmentam no presente. Por isso, elas podem, seguramente, construir um conjunto de comunalidades que lhes assegurem um futuro mais favorável. Ou seja, a identidade a promover no contexto da rede urbana nacional, deve também ancorar-se na pluralidade e na diversidade que a caracteriza actualmente.

Relevância e pertinência

De facto, a identidade não é apenas um dado histórico, muito menos um atributo “natural” de alguns lugares - a identidade é um processo contínuo de construção e reconstrução de

sentimentos comuns que levam um grupo de indivíduos, mais ou menos alargado, a assumir-se como uma comunidade perante si próprio e face ao exterior e que se sintetiza na expressão - nós e os outros. Nesta óptica, importa diferenciar três níveis identitários que podem ou não sobrepor-se:

- a identificação com o território - processo que permite tornar o espaço transparente e que o converte num lugar de intimidade;
- a identificação com as práticas do grupo - processo que decorre de acções, interesses e experiências compartilhados;
- a identificação com as ideias e com os valores do grupo - processo induzido pela comunhão de sentimentos.

Estes três níveis de identificação correspondem a diferentes graus de complexidade e de abstracção e manifestam-se em escalas geográficas distintas, em espaços progressivamente mais amplos que vão do território-casa ao território-planeta, da cultura doméstica à cultura mundial, passando pelas culturas locais, regionais ou nacionais.

Nesta óptica, o património pode ser encarado como um contributo fundamental para o reforço, construção e reconstrução da identidade de uma comunidade (já existente ou que se pretende constituir) por duas vias:

- potenciando-se a sua apropriação através de processos de descodificação e de formação que transformam um espaço desconhecido num espaço íntimo - esta via corresponde ao reforço dos símbolos de referência;
- fomentando-se a reinvenção do património de modo a que se despertem sentimentos face ao que era antes banal ou indiferente - esta via permite transformar objectos sem valor simbólico no presente em símbolos de referência no futuro.

Numa outra vertente, o património deve ser valorizado enquanto recurso potenciador do desenvolvimento de actividades económicas e sociais. A associação mais evidente aponta para a ligação do património com a actividade turística. Contudo outras relações, como as que podem ser estabelecidas com a investigação científica ou com a valorização económica dos saberes e artes tradicionais, têm vindo a revelar-se também significativas enquanto motores de progresso.

No âmbito do desenvolvimento turístico importa salientar a necessidade de se articularem as várias dimensões do património enquanto base de uma actividade que se pretende cada vez mais diversificada e sustentada. Na realidade, encarar exclusivamente alguns dos elementos do património natural, bem como este ou aquele monumento que se destaca pela sua imponência, como únicos recursos turísticos a ter em conta é uma concepção que deixou de fazer sentido.

A afirmação (efectiva ou potencial) do turismo cultural, do ecoturismo, do turismo de descoberta ou do turismo científico impõe o realce de muitas outras dimensões do património e sobretudo a valorização do laço entre natureza e cultura, aquele que confere aos lugares um carácter único e permite ao turista, ao viajante ou ao descobridor conhecerem, de facto, novos lugares e não a mesma praia infinitamente reproduzida nas várias paragens.

Enquanto veículo de identidade, a valorização do património deve contribuir também para reforçar a capacidade da comunidade no sentido de combater as ameaças da abertura ao exterior.

O desenvolvimento turístico, em particular, tem desfeito, com frequência, os laços de identidade, modificando radicalmente a morfologia do território (transformando espaços de intimidade em espaços desconhecidos), impondo interesses externos e valores estranhos às comunidades. No entanto, deve admitir-se que essa capacidade de resistência tem limites que só não serão ultrapassados se, a par do reforço da identidade, se desenvolver um planeamento turístico eficaz que permita definir com rigor os limiares de utilização e as modalidades a privilegiar em cada lugar.

Acções

O desenvolvimento e a concretização das linhas orientadoras desta ficha deve seguir os seguintes passos metodológicos:

- construção de uma grelha de leitura que permita efectuar um levantamento patrimonial com critérios de selectividade uniformes e rigorosos;
- inventariação selectiva dos objectos, materiais e imateriais, que constituem o essencial do património das cidades;
- levantamento dos projectos culturais em curso e identificação dos seus promotores e beneficiários;

- análise detalhada e contextualização dos vários tipos de objectos patrimoniais na dupla óptica de factores de identidade e de recursos; esta leitura visa sobretudo compreender o significado dos diversos objectos no contexto em que se inserem e nas perspectivas em que se pretende enquadrá-los;
- articulação dos resultados da análise e definição do diagnóstico da situação actual;
- determinação das principais ameaças e oportunidades que se apresentam a esta temática;
- definição dos objectivos e selecção das estratégias a adoptar;
- definição e hierarquização das medidas e acções a desenvolver;
- concepção de uma rede de informação e comunicação entre os agentes culturais.

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Apresentação

O sistema do conhecimento, também designado por sistema de inovação, entendido como o conjunto das instituições que afectam a produção e difusão de novos produtos, processos e sistemas, representa uma das dimensões fundamentais no quadro da problemática do desenvolvimento urbano.

Assumindo-se claramente como uma das componentes críticas da competitividade, quer ao nível empresarial, quer ao nível territorial urbano, este sistema desempenha um papel essencial na produção e difusão de inovações enquanto resultado da interacção entre um conjunto de factores territorialmente diferenciados.

A sua importância no plano do desenvolvimento territorial e urbano é tanto maior quanto se admite que as opções locativas das diferentes actividades económicas, numa determinada área geográfica, dependem de um conjunto de instituições que favoreçam as relações de cooperação empresarial.

A afirmação de uma aglomeração urbana, ou mesmo região, enquanto território competitivo, e por isso capaz de atrair actividades económicas qualificadas, depende em muito da existência de um conjunto de instituições capazes de garantir a capacidade de acumulação de uma cultura sócio-técnica específica e de um sistema de relações de interdependência entre as unidades socioeconómicas existentes por forma a potenciar as vantagens competitivas daí resultantes.

Relevância e pertinência

Vários são os exemplos internacionais a partir dos quais se poderá constatar a relevância empírica deste quadro teórico em que uma estratégia concertada de desenvolvimento permitiu a afirmação de configurações socio-institucionais específicas geradoras de territórios com uma forte diferenciação competitiva.

Os casos do *Grupo Cooperativo de Mandragon* em Espanha, da *Terceira Itália*, do *Terceiro Sector* no Japão e de *Silicon Valley* nos Estados Unidos são bons exemplos do sucesso de uma tal abordagem.

No plano puramente metodológico, a concepção de um sistema do conhecimento assim definido implica a aceitação do pressuposto de que estamos perante um conjunto de subsistemas abertos e heterogéneos, consequência da crescente globalização económica, o

que gera desde logo uma cadeia de interdependências entre os diferentes níveis de análise do processo de produção/apropriação das inovações: o local/urbano, o regional, o nacional e o transnacional. Tal facto não deve pôr em causa, no entanto, a consideração das especificidades territoriais, tanto de sítio, como de posição, de cada Cidade. A sua contextualização, passa por assumir o carácter periférico da economia nacional bem como a existência de fortes desigualdades territoriais no processo de desenvolvimento português.

Acções

Do conjunto das dimensões pertinentes para a estruturação de um sistema do conhecimento, destacamos o carácter estratégico das seguintes:

- dimensão ensino e formação;
- dimensão apoio à iniciativa empresarial;
- dimensão I&D;
- dimensão qualidade;
- dimensão infraestruturas de implantação das actividades económicas.

De facto, para além dos efeitos de arrastamento induzidos pela mera lógica do mercado, o desenvolvimento destes meios inovadores não deixa de ser o resultado da aplicação de um conjunto de instrumentos de política de desenvolvimento regional orientados para a inovação, de entre os quais se destaca:

- a implementação de estabelecimentos de ensino superior e de centros de investigação;
- a existência de infraestruturas aeroportuárias;
- a disponibilidade de uma rede avançada de telecomunicações;
- a existência de sociedades de capital de risco e de serviços de consultadoria e de informação;
- a dinamização da oferta cultural e educativa;
- a estruturação de uma base urbana diversificada, etc..

A criação de uma lógica territorial de desenvolvimento competitivo, procurando não só reforçar as capacidades endógenas mas também atrair actividades económicas qualificadas,

implica a existência de uma base socio-institucional orientada para a inovação, nas suas diversas dimensões, bem como de formas específicas de interação social.

PROMOVER O EMPREGO E A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA URBANA

REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E PROMOÇÃO DO EMPREGO: PROPORCIONAR À CIDADE, E AOS SEUS HABITANTES, NOVAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO.

Apresentação:

A revitalização económica urbana é a resposta ao processo de degradação e decadência da cidade, no sentido de lhe proporcionar uma solução de desenvolvimento e progresso. Mas não só: a manutenção das comunidades faz parte integrante da solução, bem como todo o adquirido cultural, identitário e histórico que às pessoas e ao edificado está associado.

Tipicamente, o processo de decadência urbana é o resultado de transformações económicas, sociais e políticas que, progressivamente, foram retirando à cidade, ou partes dela, as condições que antes lhe definiam um propósito e um modo de funcionamento; e às pessoas que aí habitavam, o sistema de inter-relações que corporizavam e estruturavam uma comunidade. Esse sistema de inter-relações, em grande medida, era a economia da cidade que, entretanto, definhou. Com este processo perdeu-se muito, em especial negócios e empregos e, por conseguinte, a fonte de rendimento que garantia a autonomia das pessoas; se a este processo se juntar o facto de que noutras partes da cidade, ou mesmo fora dela, também se perderam ou se deslocalizaram empregos, com impacto negativo na comunidade e área de referência, então o quadro torna-se ainda mais desolador.

A revitalização económica urbana anda a par com outros conceitos de intervenção urbana. Como ilustração retenha-se:

- Reabilitação, que pretende requalificar a cidade pelo aproveitamento das suas potencialidades, promovendo-se a instalação de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos.
- Renovação, que em termos genéricos, propõe a demolição de estruturas degradadas que não possam ser consideradas património a preservar, e novas edificações que sigam tipologias mais adequadas;
- Revitalização, que à noção de reabilitação junta a necessidade de se promover o relançamento económico e social das zonas urbanas em decadência.
- Requalificação, que implica rever e reformular a funcionalidade de espaços e equipamentos urbanos.

A diferença, aqui, é que o enfoque vai para o desenvolvimento económico e criação de empregos ou, se se quiser, para a viabilização ou recuperação da comunidade perdida, ou em vias disso. De forma mais incisiva, a questão é: que actividades económicas, e como devem ser promovidas, para que se criem empregos, e assim se preserve, ou se reconstitua, a comunidade? Trata-se, por conseguinte, de uma abordagem, mais delimitada.

Em todo o caso, a Revitalização Económica Urbana exige sempre o concurso de algum daqueles tipos de intervenção.

Relevância e Pertinência:

Esta questão da revitalização urbana, em geral, e económica em particular, é acompanhada de algumas críticas; referem-se duas, a título de exemplo:

- Se a envolvente socioeconómica que em tempos viabilizou uma comunidade ou cidade já não existe, como se pode viabilizar essa mesma comunidade ou cidade?
- O processo de decadência urbana afasta actividades e pessoas; como se podem trazer de volta essas actividades e pessoas?

Muito provavelmente, não será possível trazer de volta todas as actividades e todas as pessoas; e, todavia, pretende-se, preservar o património histórico, cultural e identitário que é o legado daquela cidade, ou parte, e da comunidade que a habitou ou ainda nela habita.

Torna-se necessário alargar o conceito de revitalização económica: significa reformular, ainda que parcialmente, as anteriores actividades, e promover outras compatíveis com a história e o edificado – e todas devem ser geradoras de emprego, sem o que a solução encontrada dificilmente se tornaria independente do permanente influxo de dinheiros públicos; e, é quase certo, será necessário trazer novas pessoas.

A intervenção dos poderes públicos parece ser essencial para evitar alguns erros evidentes: afastamento da comunidade inicial e adulteração do património construído são dois exemplos que ocorrem. Isso significa apoiar a permanência, o regresso ou a fixação de antigos e novos moradores, afectos actividades tradicionais entretanto reformuladas e economicamente viáveis; apoiar e incentivar negócios que não só fixem moradores, como atraiam e promovam a circulação de mais pessoas; promover o equilíbrio entre espaço residencial e espaço para os negócios; promover a qualidade habitacional dos residentes e garantir que os antigos moradores continuam a ter acesso a habitação condigna; promover a reabilitação do edificado.

Acções:

As acções a empreender são essencialmente apoios de vários tipos, sob a forma de intervenções públicas ou de parcerias com outros interessados. Convém reter que tais apoios devem ser concedidos no pressuposto de as actividades ou soluções em vista são capazes de se sustentar a si próprias, findo um prazo razoável:

- a) Rever as restrições de intervenção e (re) construção, quando estas, respeitando o enquadramento geral do edificado, promovem a fixação de pessoas ou negócios;
- b) Identificar as actividades tradicionais passíveis de recuperação;
- c) Identificar as novas actividades, criadoras de emprego, compatíveis com a envolvente;
- d) Promover o empreendedorismo, especialmente o que incida sobre actividades tradicionais ou que gerem emprego, de preferência para os moradores, através de formação e financiamento adequados;
- e) Identificação de áreas ou eixos de comércio e serviços;
- f) Intervenções nos espaços públicos de enquadramento que favoreçam a permanência dos consumidores (esplanadas, quiosques, atracções de animação, etc.);
- g) Reformulação do sistema viário e de circulação, com favorecimento dos peões;
- h) Apoio à fixação habitacional dos antigos residentes, e programas de atracção de novos;
- i) Reabilitação do edificado e das infra-estruturas básicas;
- j) Instalação de serviços e equipamentos públicos (correios, polícia, serviços médicos, telefones públicos, etc.);

COMPETITIVIDADE URBANA; GARANTIR O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO FUTURO DAS CIDADES.

Apresentação:

Em termos latos, Competitividade Urbana refere-se à capacidade de a cidade disponibilizar bens e serviços que possam ser positivamente comparados com idêntica oferta promovida por outra ou outras cidades. Este conceito constitui, hoje em dia, um aspecto importante na definição das políticas de desenvolvimento urbano, chamando a atenção para o quadro definido pela concorrência global e, daí, para o entendimento do que são as limitações, desafios e potencialidades que a cidade enfrenta. A promoção da competitividade passaria, portanto, pelo correcto entendimento, e actuação em conformidade, daquele quadro.

A oferta dos referidos bens e serviços, bem como de outras vantagens, tem um propósito: atrair empresas, talentos, tecnologia, capital e investimento, de cuja combinação harmoniosa resultaria criação de riqueza, um dos pilares da promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades e do crescimento sustentável.

Aquela necessidade é tanto mais evidente quanto o é o facto de que quer os governos (ou as entidades equivalentes nas respectivas áreas de actuação e intervenção) enfrentam sérias restrições orçamentais e as empresas concorrência (por vezes barreiras) acrescida nos mercados, para além de, eventualmente, limitações de financiamento.

As empresas, por conseguinte, também estão pressionadas a tornarem-se mais competitivas, e mais assertivas relativamente à localização das suas actividades e das condições de operabilidade que podem encontrar. Os recursos – capital, trabalho, tecnologia, talento, etc. – podem ser levados a concentrar-se geograficamente, beneficiando das vantagens proporcionadas pelas inter-relações que se estabelecem entre fornecedores, compradores e mesmo concorrentes; a ideia de distritos industriais, ou clusterização, resulta da percepção desse fenómeno, e é um instrumento de que os governos se socorrem na promoção da competitividade.

A promoção da Competitividade Urbana passa, pois pela percepção de dois grandes grupos de questões:

1. De natureza interna: que, no essencial, tem que ver com a forma ou o estado que a cidade apresenta no domínio da oferta de meios e condições que atraiam os recursos pretendidos;

2. De natureza externa: que tem que ver com a forma como do exterior a posição da cidade é percebida, nomeadamente pelos detentores dos referidos recursos, e por quem tem capacidade de decisão sobre o assunto.

O primeiro aspecto exige por parte da cidade uma avaliação objectiva da sua situação de partida, a definição do tipo de recursos que se pretende atrair e, por conseguinte, do modelo de desenvolvimento desejado, e a construção de uma estratégia para se lá chegar.

O segundo aspecto aponta, entre outros, para uma incisiva actuação junto dos referidos detentores de recursos e dos decisores, no sentido de garantir que a percepção correcta faz vencimento; o Marketing Urbano, entre outros, é um dos instrumentos disponíveis para este fim. Todavia, para os propósitos desta ficha, só o primeiro aspecto releva.

Relevância e Pertinência

Às entidades públicas (nacionais, regionais ou locais) que actuam no domínio do desenvolvimento urbano competem muitas acções e intervenções, mas outras entidades – como as empresas e outras organizações - são, também, chamadas ao processo. Num tempo de restrições orçamentais, que condicionam a acção, o papel dos governos (isto é, das entidades e organizações que actuam no domínio público) deve ser desempenhado ainda com mais rigor; as empresas, por sua vez, enfrentam um quadro competitivo bastante aceso.

O desenvolvimento de uma cidade necessita do concurso de múltiplos recursos e condições. Uns são garantidos pelas entidades públicas, outros por outras entidades que, para o efeito, deverão encontrar as respostas adequadas, ou poderão procurar outros destinos. É esta a questão que a promoção da Competitividade Urbana, de um modo geral, procura tratar.

À cidade, por conseguinte, tendo definido, através dos órgãos próprios e com o concurso dos legítimos “stakeholders”, o que pretende como modelo de desenvolvimento, compete remover os obstáculos e suprir as insuficiências que reduzem a sua atractividade perante potenciais investidores por um lado, e valorizar os seus aspectos positivos, por outro.

É relativamente claro que assim seja: os poderes públicos não têm meios ou condições, por vezes nem competências, para garantirem, por si sós, todos os factores de desenvolvimento duma cidade; e até pode ser desejável que assim seja. Então, sendo necessário o concurso de outros parceiros – empresas e investidores, por exemplo - isto implica, naturalmente, conhecer o que procuram tais parceiros.

Sem se pretender ser exaustivo, as empresas e os investidores, relativamente a uma região ou cidade, procuram:

- Boa posição geo-política;
- Pólo de atracção de trabalhadores do conhecimento e de criativos;
- Eficiência e transparência administrativas;
- Qualidade do dispositivo normativo e regulamentar;
- Transportes e acessibilidades de nível regional;
- e-Mobilidade e comunicações de alta tecnologia;
- Clusters de inovação e articulação empresarial e científica
- Gestão logística;
- Qualidade de vida;
- Vida cultural;
- Segurança.

No fundo, aquelas condições são factores de Competitividade Urbana; e, numa abordagem de médio / longo prazo, a estabilidade político-administrativa e as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento, tornam-se factores essenciais.

Finalmente, este conceito de Competitividade Urbana deve ser entendido, em todo o caso, com alguma abertura pois, numa interpretação demasiado restritiva, pode conduzir a políticas erradas; o que está em causa, afinal, é a promoção da produtividade da cidade, e não tanto uma guerra contra todas as outras cidades.

Acções:

A lista de acções a propor, simplesmente, pode ser interminável. Tal como se referiu antes, a cidade deve definir que modelo de desenvolvimento entende ser a mais adequada para si, num processo participativo abrangendo todos os legítimos stakeholders; de seguida, deve proceder ao levantamento dos principais constrangimentos que enfrenta, e que potencialidades apresenta. Com base naqueles dois exercícios pode elaborar uma estratégia e, em consequência, elencar as acções necessárias a empreender.

Neste documento não cabem aqueles passos metodológicos; mas, numa abordagem simplificada, podem referir-se algumas acções que contribuem para a promoção da Competitividade Urbana e que por isso, constariam, certamente, de um plano estratégico para a cidade.

1. No domínio da inovação e da diferenciação:
 - Identificar as actividades económicas com as melhores perspectivas de crescimento e desenvolvimento futuros;
 - Identificar que processos dessas actividades, num espaço de tempo relativamente curto, são integráveis na estratégia da cidade;
 - Identificar, de preferência junto de potenciais parceiros, quais as condições consideram ser as importantes para operar na cidade;
 - Identificadas essas condições, elaborar projectos específicos, tantos quantos os necessários, para a sua construção.
2. No domínio do fortalecimento do capital humano:
 - Identificar as necessidades de competências técnicas, tecnológicas e científicas que as actividades ou processos escolhidas irão exigir;
 - Identificar os recursos e parceiros necessários para suprir aquelas necessidades;
 - Estabelecer as parcerias adequadas;
3. No domínio da localização das novas actividades (exige que antes exista um plano ou ideia de organização do espaço urbano):
 - Definir as estruturas necessárias, incluindo a logística, bem como os respectivos equipamentos;
 - Estabelecer os planos de acessibilidade, bem como os sistemas de comunicação mais adequados;
4. No domínio da transparência e eficiência administrativas:
 - Rever, no sentido da simplificação e da clareza, os normativos respeitantes à instalação, contratualização, licenciamento e funcionamento das novas actividades (ou antigas, entretanto reformuladas);
 - Reduzir o número de pontos de contactos administrativos necessários ao exercício de actividades;
5. No domínio da promoção da cultura de competitividade na cidade:
 - Criação de um departamento, pouco estruturado e pouco burocratizado, com a missão de identificar e promover o aproveitamento de oportunidades de diferenciação e competitividade, na cidade, no país e no estrangeiro.

CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A FIXAÇÃO DE EMPRESAS: AS EMPRESAS COMO SOLUÇÃO DE FIXAÇÃO DE POPULAÇÕES E CRIAÇÃO DE RIQUEZA

Apresentação

A criação de empresas (privadas) é um processo que exige a concorrência de vários factores, de que se referem alguns:

- Envolvente cultural propícia à iniciativa privada;
- Quadro legal favorável ao funcionamento de empresas privadas;
- Situação concorrencial e de mercado que permita novas entradas;
- Custos de contexto razoáveis;
- Fontes e formas de financiamento acessíveis;
- Acesso a outros recursos (técnicos, tecnológicos, informacionais, humanos, logísticos, etc.);
- Regras de funcionamento simplificadas e leves;
- Fiscalidade racional;
- Motivação.

O interesse da criação de empresas é o de se tratar de uma forma eficiente e eficaz de mobilização dos recursos de um país, de uma região, ou de uma cidade, criando e distribuindo riqueza e, desta forma, promover o crescimento económico, tendo como resultado, o desenvolvimento económico, o progresso social e a melhoria das condições de vida da comunidade abrangida.

O Estado tem um papel determinante na existência daqueles factores e, por isso, na dinâmica de constituição de empresas. O relacionamento entre Estado e empresas nem sempre é pacífico e, quando isso acontece, sofrem a economia e os cidadãos. Com efeito, embora se verifique alguma divergência de opiniões, o Estado não é capaz, por si só, de promover e garantir níveis de desenvolvimento aceitáveis para todos e para sempre, podendo mesmo a sua actuação ser encarada, num contexto de livre iniciativa e de liberdade de opinião, como contraproducente. Assentes estes factos, talvez seja mais fácil perceber que outros actores devem participar, para além do Estado, na dinamização da temática em apreço, na qual relevam, naturalmente, as empresas.

Relevância e Pertinência

Constata-se que persistem elevados níveis de desemprego que o Estado não consegue debelar e que, igualmente, outros agentes (indivíduos, famílias, empresas, associações, etc.) também não. Um elevado nível de desemprego não significa apenas desperdício de talento e outros recursos, significa também enveredar por um processo de fracturação social, cujas consequências são manifesta e reconhecidamente nefastas.

Os meios disponíveis para combater o desemprego são os mais diversos, mas parece hoje pacífico que a criação de empresas, dada a sua natural capacidade para gerar empregos e riqueza, é uma das vias que deve ser favorecida. Todavia, a dinâmica social e económica não parece ser suficiente; todos os dias são criadas empresas, mas todos os dias, também, são encerradas empresas, e o saldo líquido é desemprego crescente. São necessárias medidas pró-activas de estímulo à criação de empresas, envolvendo todos os parceiros.

As causas do desemprego são as mais variadas, mas o que é verdadeiramente mais grave é a sua persistência em níveis elevados, por prazos demasiado longos e com fracas perspectivas de melhorias num horizonte temporal razoável, com implicações na coesão social.

Das várias formas e instrumentos que podem ser mobilizados para o combate ao desemprego, a solução que se pretende aqui tratar é a criação de empresas. As empresas, muito rapidamente, mobilizam recursos, criam empregos, geram riqueza e, de uma forma geral, traduzem-se em soluções de fundo para a questão do desemprego.

Acções

A maioria das condições empresariais anteriormente apontadas é de âmbito muito geral, relativamente às quais a cidade não tem grande capacidade de influência com resultados imediatos. Importa, por isso, uma abordagem mais focalizada no que às medidas necessárias diz respeito. Isto é, actuar ao nível do que a cidade, de facto, pode fazer e, se não com resultados imediatos, pelo menos em prazo muito curto. Esta urgência em encontrar resultados delimita, também, a natureza e a dimensão das empresas cuja criação se pretende promover. Também não se tem em mente que seja a cidade a criar as empresas, mas ela deverá propiciar as condições necessárias, remover obstáculos, incentivar esse processo.

Propõem-se algumas acções nesse sentido:

1. Recuperação de espaços urbanos degradados (habitacionais, industriais ou outros) com a finalidade de as destinar à instalação de micro, pequenas e médias empresas, em condições atractivas;
2. Intervenções ao nível da oferta de espaço de escritório qualificado e articulado com uma envolvente funcionalmente diversificada;
3. Criação de espaços multiusos que permitam a convivência de zonas comerciais, com zonas industriais, de logística e também de recreio e lazer, por exemplo;
4. Estabelecer parcerias com entidades – públicas ou privadas – que já actuam no âmbito da criação de empresas, no sentido de agilizar o processo, e minimizar os riscos, associados à criação de empresas e sua operação;
6. Estabelecer protocolos de cooperação com bancos e instituições financeiras que possam contribuir para a criação e disponibilização de soluções de financiamento.
7. Estabelecer protocolos com os estabelecimentos de ensino adequados, no sentido de se promover o empreendedorismo e a formação para a empresa;
8. Identificar áreas da cidade onde a fixação de empresas seja particularmente desejável, promovendo-as e criando-se condições atractivas para que tal aconteça;
9. Identificar actividades que a cidade entenda particularmente interessantes, promovê-las e incentivar a sua concretização;
10. Identificar grupos populacionais que necessitem de atenção especial no apoio ao empreendedorismo e criação de empresas;
11. Criar uma estrutura de apoio, ágil e eficaz, com o objectivo, entre outros, de identificar oportunidades de negócio e de potenciais empresários e empreendedores e promover o seu encontro.

PROMOÇÃO DO EMPREGO NOS DOMÍNIOS DA CULTURA E DO LAZER

Apresentação

A importância da cultura e do lazer enquanto dimensões privilegiadas do desenvolvimento social e económico, especialmente quando entendido ao nível das áreas urbanas, tem vindo a obter, já desde os anos 90 do século passado, um amplo consenso (CE, 1995). Embora estreitamente ligados, os domínios da cultura e do lazer devem merecer, ao nível da reflexão conceptual, um tratamento específico já que, se muitas das actividades de lazer, incluindo as de natureza turística, se mesclam com práticas culturais, outras apenas se dirigem, ou ao puro divertimento, ou a este conjugado com a promoção da saúde física e psíquica. Mas, as actividades culturais encerram respostas sociais que excedem as práticas de lazer, relacionando-se, por exemplo, com o reforço das identidades locais ou com a produção artística.

Nas últimas décadas, a cultura emergiu como um eixo estratégico do progresso, tanto à escala global como ao nível local – as expressões culturais procuram, por um lado, adoptar formas de comunicação e difusão universais e, por outro, afirmar a sua especificidade e diferença, reforçando assim, pelas duas vias, o seu valor simbólico e económico. Numa época progressivamente mais marcada pela globalização e pela uniformização das práticas quotidianas, a cultura emerge como um veículo privilegiado de afirmação da identidade de comunidades e de lugares. Contudo, o conceito de cultura, embora de utilização vulgarizada, surge frequentemente pouco definido e com conteúdos bastante díspares, o que constitui um entrave aos estudos que visam sustentar políticas ou iniciativas de desenvolvimento cultural. De facto, apesar dos investimentos e dos empregos que gera, ou mesmo quando se aceita o seu relevante contributo para a integração e coesão sociais, encontra-se ainda alguma resistência em considerar a cultura como um sector económico-chave.

A realidade evidencia, no entanto, que o sector da cultura se afirma, cada vez mais, como uma oportunidade relevante ao nível das estratégias de desenvolvimento local, tanto do ponto de vista das actividades, como na óptica do emprego, o qual comporta níveis de qualificação elevados, quer no âmbito das competências profissionais, quer no domínio das competências sociais e pessoais, dimensões-chave da necessária reestruturação dos mercados de emprego.

Relevância e pertinência

Na óptica da definição de políticas culturais, a CE (CE, 1998) define objectivamente o sector cultural, incluindo no seu âmbito as seguintes actividades, as quais empregavam, em finais de

90, mais de 2,5 milhões de pessoas: 1) Património e museologia; 2) Actividades artísticas (música, artes de representação; artes plásticas; literatura, ...); 3) Actividades audiovisuais; 4) Actividades sócio-culturais. Ainda no campo da definição do conceito, interessa diferenciar entre, pelo lado da oferta, as actividades de criação, as actividades intermédias (gestão, formação, apoio técnico, apoio logístico) e as actividades de difusão e distribuição e, pelo lado da procura, as actividades que constituem práticas culturais, individuais ou colectivas, e aquelas que correspondem à procura de bens e serviços.

Por outro lado, uma breve reflexão sobre o significado actual do lazer nas sociedades europeias, levar-nos-ia, certamente, a concluir que se trata de um conceito cada vez mais presente em todas as actividades humanas. Claramente associado ao prazer, e dissociado do ócio como antónimo do negócio, a frequência dos grandes espaços comerciais, alguns trabalhos agrícolas ou os congressos científicos têm, hoje, claramente associados uma dimensão de lazer.

A enorme expansão das actividades de lazer, de natureza quantitativa mas também qualitativa, é sustentada através da conjugação de um numeroso conjunto de factores, desde aqueles que se prendem com as condições materiais de vida das populações, até aos que derivam dos reflexos induzidos por essas condições de vida nas representações e nas expectativas das pessoas.

Entre outros, salientam-se:

- ✓ o aumento global dos rendimentos, com o conseqüente aumento das fracções disponíveis para vertentes não directamente associadas à sobrevivência e reprodução;
- ✓ o aumento da mobilidade associada à melhoria das infraestruturas de transportes e à democratização no acesso aos diversos modos;
- ✓ o aumento dos níveis de urbanização com o conseqüente reflexo no acréscimo da necessidade de evasão para espaços de "sinal contrário";
- ✓ o aumento das exigências profissionais e a conseqüente necessidade de as compensar com actividades descompressivas combatentes do *stress*;
- ✓ o aumento do tempo disponível para práticas de lazer, particularmente através da redução dos horários de trabalho e do período activo da vida em termos profissionais (prolongamento da actividade escolar e antecipação das reformas);

- ✓ aumento dos níveis de educação e conhecimento, os quais se reflectem no incremento das exigências no que respeita ao consumo de bens de cariz cultural e recreativos;
- ✓ aumento da pressão dos *media* no quotidiano, o que aguça a curiosidade e estimula o desejo de transformar a virtualidade em realidade;
- ✓ a incorporação do lazer como uma vertente importante das aspirações (e uma forma de realização e demonstração de sucesso) inerentes às sociedades desenvolvidas.

Independente da natureza da prática, podem classificar-se globalmente as actividades de lazer segundo quatro eixos:

- ✓ Actividades activas ou passivas;
- ✓ Actividades individuais ou colectivas;
- ✓ Actividades desenvolvidas no espaço doméstico, no espaço privado ou no espaço público;
- ✓ Actividades quotidianas ou actividades correspondentes a períodos especiais.

De entre os serviços prestadores de actividades de lazer assumem particular importância os relacionados com a actividade turística. Ao previsível aumento em quantidade dos fluxos turísticos, crescem alterações relevantes no que respeita à diversificação dos perfis da procura:

- incremento na procura de destinos distantes, efeito do embaratecimento dos transportes aéreos, mas também da extraordinária valorização do exótico, do diferente, das férias-aventura, do incorrupto pelo "homo-civilizado". No fundo, um repegar Rousseau num contexto de vilegiatura;
- aumento na procura de espaços - localizados a distâncias médias - até há pouco não valorizados do ponto de vista turístico e que permitam práticas capazes de atenuar as chamadas doenças de sociedade: práticas que vão de encontro às crescentes necessidades de consumo de bens culturais, que permitam a evasão e o primado da decisão individual e que, sobretudo, se desenvolvam num contexto de genuinidade e autenticidade;
- incremento de práticas intrusivas de curto raio de acção - sobretudo associadas ao lazer ou a estadias de curta duração articuladas, ou não, com o fenómeno da residência secundária - no mundo rural.

Em suma, desenham-se tendências que, ao apontarem com segurança para uma diversificação na procura turística (tanto no domínio dos espaços de procura potencial, como nos das formas

de alojamento, actividades, práticas, modos de organização das viagens e escalas de valorizações), abrem também perspectivas interessantes ao nível da ampliação e da reestruturação do mercado de emprego.

Acções

A dinamização do emprego nas actividades culturais e de lazer implica equacionar, de forma precisa, as dimensões-chave que enquadram actualmente a configuração do mercado de emprego em Portugal. A crescente segmentação do mercado de emprego, decorrente sobretudo do acréscimo dos níveis de competitividade, tem vindo a assumir uma maior importância ao nível das profissões, em detrimento da natureza sectorial que caracterizou o processo até há algumas décadas. Globalmente, estamos perante um mercado de emprego em que se distinguem genericamente três grandes categorias: uma primeira, que corresponde aos níveis de decisão, de concepção, de gestão e de organização; uma segunda, que valoriza especialmente as competências técnico-científicas; uma terceira, em que se cruzam a precariedade do trabalho e a desqualificação das tarefas.

No conjunto das políticas e instrumentos de apoio no domínio do emprego, salientam-se duas orientações-chave que podem também ajudar a organizar a promoção de emprego relacionado com as actividades culturais e de lazer:

- ✓ privilegiar as iniciativas locais que permitam enquadrar o emprego no contexto mais amplo do desenvolvimento local integrado e sustentado;
- ✓ privilegiar as iniciativas intersectoriais, na forma de projectos de cooperação e de parceria.

As características e a evolução do emprego nas actividades culturais e de lazer não pode deixar de ser enquadrado pelas grandes linhas e orientações que formatam actualmente o mercado de emprego na sua globalidade. Contudo, também não se podem esquecer as especificidades que marcam este sector de actividade. No conjunto, as actividades culturais e de lazer constituem um sub-mercado de emprego muito diversificado ao nível das qualificações e onde predominam as mulheres e os jovens, é frequente a informalidade e os níveis de auto-emprego e de trabalho voluntário bastante elevados. Os serviços públicos e o Terceiro Sector constituem a maioria dos empregadores. Contudo, nalguns segmentos, designadamente nas actividades turísticas, o peso do sector privado empresarial é mais significativo.

As referências e apreciações enunciadas anteriormente permitem estabelecer, com alguma facilidade, a ponte entre cultura e lazer e, desse modo, ajudar na concretização de projectos urbanos cuja sustentabilidade resultará do retorno associado, por um lado, ao aumento da participação das populações em actividades desse tipo e, por outro, ao incremento da frequência turística:

- ✓ a maioria das actividades de índole cultural são entendidas como práticas de lazer, na medida em que a valorização individual excede claramente o campo profissional e abrange, de forma crescente, o conjunto das dimensões da vida quotidiana;
- ✓ as actividades culturais que se relacionam mais com o reforço da identidade local, por via da preservação, valorização e incremento da visibilidade do património histórico e cultural, bem como através da recuperação das artes e dos ofícios tradicionais constituem um dos principais pilares das novas modalidades turísticas;
- ✓ mesmo no âmbito da produção artística, pode-se considerar que ela constitui um dos elementos fundamentais do lazer, tanto numa óptica activa, como numa perspectiva passiva de espectador.

Referências

Referências citadas no texto

CE (1995) *Les initiatives locales de développement et d'emploi. Enquête dans l'Union Européenne*. SEC (95) 564, Luxemburgo

CE (1998) *Culture, the Cultural Industries and Employment*, DG V e DG X, SEC(98)837

CEBALLOS-LASCURAIN, H. (1998) *Ecoturismo, Naturaleza y Desarrollo Sostenible*. Cidade do México: Editorial Diana.

DOWLING, R. K., e PAGE, S. J. (2002) *Themes in Tourism: Ecotourism*. Endinburgh: Prentice Hall.

KISS, A. (2004) *Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds?* In *Trends in Ecology and Evolution*. Washington, vol. 19, nº 5, 2004, p. 232-237.

KRÜGER, O. (2005) *The role of ecotourism in conservation: panacea or Pandora's box?* In *Biodiversity and Conservation*, n. 14, 2005, p. 579-600.

NEVES, C.A.C. (2005) *Ecoturismo: um contributo para o desenvolvimento sustentável de Marvão*. Dissertação de Mestrado em EHPSC. Lisboa: FCSH-UNL.

PEDRO, L.C.S. (1999) *Turismo no Espaço Rural: Contributo para o Desenvolvimento Local. O caso da Lourinhã*. Seminário de Investigação Científica – Sociologia. Lisboa: FCSH.

SHAW, G., e WILLIAMS, A.M. (1994) *Critical Issues in Tourism – A geographical perspective*. Oxford: Blackwell Publishers, 1ª edição.

UNWTO, World Tourism Organization. (2012a) *International tourism to reach one billion in 2012*. Madrid: [online] disponível em: <http://media.unwto.org/en/press-release/2012-01-16/international-tourism-reach-one-billion-2012>.

UNWTO, World Tourism Organization. (2012b) *2011 International Tourism Results and Prospects for 2012*. Madrid: [online] disponível em: http://dtxtg4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_hq_fitur12_jk_2pp_0.pdf.

VANDERWAGEN, J. et al. (1995) *Transportation vision search conference and literature review*. Toronto : Ontario Round Table on Environment and Economy

Outros documentos de referência não citados no texto

A Reabilitação de Frentes de Água como Modelo de Valorização Territorial (cf. http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/044.pdf)

Da necessidade e conveniência de um estudo global para toda a área ribeirinha da cidade de Lisboa (cf. http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/004/pifr/documento_enquadramento_resumo.pdf)

Eficiência energética em equipamentos e sistemas eléctricos no sector residencial (cf. http://www.eficiencia-energetica.com/images/upload/Brochura_Eficiencia.pdf)

Manual de boas práticas de Eficiência Energética (cf. http://www.eficiencia-energetica.com/images/upload/manual_boas_praticas_EE.pdf)

Reabilitação energética da envolvente de edifícios residenciais (cf. http://www.eficiencia-energetica.com/images/upload/Reabilitacao_energetica.pdf)

RIBEIRO, P.; MENDES, J. (2010). Planeamento de Itinerários para Modos Suaves de Transporte. Rotas Saudáveis (http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/18217/1/2010_ANPET.pdf).

STUSSI, R.; BABO, A. P.; RIBEIRO, S. H. (2011) Acessibilidade, mobilidade e logística urbana. Lisboa, DGOT-DU, Série Política de Cidades, (6)

Waterfront / Frentes Ribeirinhas Oportunidades e Desafios no Estuário do Tejo (cf. http://www.cm-barreiro.pt/NR/rdonlyres/623C1FD9-3BEA-4E63-B9A2-76045B90B7FA/55535/APL_apresenta.pdf)